



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL de LONDRINA

---

AUGUSTO MALAVASI GABELLA

***“PORQUE FUSILAMOS A LOS CRIMINALES DE GUERRA”:  
A JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA EM CUBA NAS PÁGINAS DO  
JORNAL REVOLUCIÓN***

---

Londrina  
2019

AUGUSTO MALAVASI GABELLA

**“PORQUE FUSILAMOS A LOS CRIMINALES DE GUERRA”:  
A JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA EM CUBA NAS PÁGINAS DO  
JORNAL *REVOLUCIÓN***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção da Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. André Lopes Ferreira

Londrina  
2019

AUGUSTO MALAVASI GABELLA

***“PORQUE FUSILAMOS A LOS CRIMINALES DE GUERRA”*: A JUSTIÇA  
REVOLUCIONÁRIA EM CUBA NAS PÁGINAS DO JORNAL  
*REVOLUCIÓN***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de História da Universidade  
Estadual de Londrina, como requisito parcial à  
obtenção da Licenciatura em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. André Lopes Ferreira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Carolina Amaral de Aguiar  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Igor Luis Andreo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 19 de dezembro de 2019.

A todos que sentem a esperança como o fogo da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Sabe-se que Deus escreve certo por linhas tortas. Dessa forma, nós mortais escrevemos torto por linhas tortas. Nessa escrita tortuosa encontrei o auxílio de pessoas admiráveis que me ajudaram a seguir até o fim nesse percurso e que foram, cada uma delas, pilares para que eu conseguisse concluir essa fase. Assim, agradeço primeiramente aos meus pais, Ilda e Joaquim, que sempre seguraram minhas pontas quando eu mesmo não fui capaz disso. Agradeço imensamente ao meu orientador, o Prof. Dr. André Lopes Ferreira, por não só ter me guiado nesse trabalho, mas também pela ajuda desinteressada que muitas vezes extrapolou seu dever de ofício. Não tenho palavras suficientes também para agradecer minha amiga do coração e companheira Ana Paula Pedrão Barbosa que me ajudou em todas as fases desse trabalho dando apoio moral e também técnico. Não poderia deixar de colocar aqui minha grande amiga Heloisa Pereira Camargos que me apresentou o objeto desse estudo e me ajudou com o conteúdo sempre que precisei. Por último agradeço aos meus amigos que me acompanharam até aqui e tornaram tudo isso mais suportável. Por isso, obrigado Matheus Aparecido Silva de Souza, Lucas Ferreira Motta, Paulo Henrique Vaz, Vinicius Lopes, João Veríssimo e Mateus Queiroz Silva. Aos meus irmãos de sangue, Alan e André e ao irmão do coração, Thales Cavagnino. Enfim, fica aqui também um abraço saudoso à amiga Jamine Eduarda Maçan e a todos os amigos que de alguma forma marcaram essa fase da minha vida.

“Infelizmente, nós, que queríamos preparar o caminho para a amizade, não pudemos ser, nós mesmos, bons amigos. Mas vocês, quando chegar o tempo em que o homem seja amigo do homem, pensem em nós com um pouco de compreensão.” (Bertold Brecht)

**GABELLA, AUGUSTO MALAVASI. “PORQUE FUSILAMOS A LOS CRIMINALES DE GUERRA”: A JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA EM CUBANAS PAGINAS DO JORNAL *REVOLUCIÓN*. 2019. 72 F. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (LICENCIATURA EM HISTÓRIA) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, LONDRINA, 2019.**

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é apresentar a abordagem do jornal *Revolución* acerca dos julgamentos realizados na ocasião da vitória revolucionária em Cuba no início do ano de 1959. Nele, buscamos familiarizar o leitor com o contexto histórico cubano, bem como expor a função ideológica que o jornal desempenhou durante o período dos tribunais revolucionários. Idealizado por Carlos Franqui, o periódico fundado em 1956 circulou clandestinamente até o triunfo dos rebeldes em 1959, quando passou a ser impresso de forma oficial. Optamos por usar o recorte temporal que vai de janeiro a junho de 1959, por se tratar do período em que a Revolução estava julgando os considerados “criminosos de guerra” e buscava consolidar-se no poder constituindo um novo Estado. Como veículo oficial da Revolução, o jornal *Revolución* teve um papel ideológico decisivo na defesa dos interesses revolucionários.

**Palavras-chave:** Cuba. Imprensa. Tribunais. Violência Política. Fuzilamentos.

**GABELLA, Augusto Malavasi Gabella.** *“Porque fusilamos a los criminales de guerra”*: The revolutionary justice on Cuba in the pages of the *Revolución* newspaper. 2019. 72 p. **Completion of course work (graduate of History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.**

### **ABSTRACT**

The aim of this work is to present the *Revolución* newspaper approach about the trials which occurred during the victory revolutionary in Cuba in early 1959. From that, we sought to familiarize the reader with the Cuban historical context, as well as to expose the ideological function that the newspaper played during the period of revolutionary courts. Created by Carlos Franqui, the newspaper founded in 1956 circulated illegally until the rebels' triumph in 1959, when it was officially printed. A temporal clipping was selected from January to June 1959, because of the periods when the Revolution judged the “war criminals” and sought to consolidate itself with power and with the creation of a new state. As the official vehicle of the Revolution, the *Revolución* newspaper played a decisive ideological role in defense of the revolutionary interests.

**Keywords:** Cuba. Press. Courts. Political violence. Shootings.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA CUBANA .....</b>	<b>11</b>
2.1 CUBA: UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA.....	11
2.2 COLONIZAÇÃO.....	12
2.3 A CHEGADA DOS AFRICANOS .....	13
2.4 AS PRIMEIRAS AGITAÇÕES PELA INDEPENDÊNCIA.....	15
2.5 AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA .....	18
2.6 A EMENDA PLATT E A REPÚBLICA CUBANA .....	22
2.7 A ERA BATISTA .....	28
2.8 DO MONCADA AO PODER .....	30
<b>3 A JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA A PARTIR DO <i>REVOLUCIÓN</i>.....</b>	<b>37</b>
3.1 SURGIMENTO DO <i>REVOLUCIÓN</i> NA REVOLUÇÃO.....	37
3.2 IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA.....	42
3.3 O <i>REVOLUCIÓN</i> OPINA .....	44
3.4 OS JULGAMENTOS .....	50
3.5 OS FUZILADOS .....	55
3.6 A IMAGEM INTERNA E EXTERNA DA REVOLUÇÃO .....	58
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O título desse trabalho remete a uma matéria com vários depoimentos veiculada pelo jornal *Revolución* no dia 16 de janeiro de 1959. No texto, são narradas histórias de perseguições, torturas físicas e morais, sequestros e assassinatos cometidos por agentes do aparato de repressão da ditadura de Fulgêncio Batista. Tal referência ilustra com clareza o posicionamento do periódico diante dos tribunais revolucionários que condenaram centenas de “criminosos de guerra” à morte por fuzilamento no início daquele ano. A matéria é composta por nove relatos que descrevem abusos sofridos tanto por militantes revolucionários quanto por civis que não estavam diretamente envolvidos na insurreição.

O objetivo do trabalho consiste em analisar a abordagem do jornal *Revolución* acerca da justiça revolucionária que se implementou após o triunfo rebelde - janeiro de 1959 - até junho do mesmo ano – momento em que os tribunais revolucionários foram temporariamente desativados. Quando novamente reativados, esses tribunais não julgavam mais os considerados “criminosos de guerra” do tempo da guerra civil revolucionária, mas sim pessoas acusadas de crimes ocorridos após a vitória da Revolução. Nos limitamos a esse primeiro momento da revolução vitoriosa por entendermos que se trata do período de consolidação do poder e formação de um novo Estado. Quando as expressões “crimes de guerra” e “criminosos de guerra” aparecerem entre aspas, é por conta de não haver uma tipificação escrita nas publicações do *Revolución* do que eles consideravam crimes de guerra.

Para desenvolver esse trabalho separamos o conteúdo em dois capítulos. No primeiro, para contextualizar o leitor acerca do tema, discorreremos sobre o trajeto histórico da política cubana desde a invasão espanhola até o triunfo da Revolução. Buscamos demonstrar nesse capítulo como a violência sempre fez parte da política cubana, e que insurreições e revoltas não eram uma novidade quando eclodiu a guerra civil revolucionária, assim como as repressões a esses movimentos também já faziam parte da história da ilha. No segundo capítulo, apresentamos a fonte e objeto desse trabalho, o jornal *Revolución*, e procuramos apresentar como ele teve um papel ideológico

determinante naquele período, problematizando sua abordagem quanto aos julgamentos.

A violência política tem sido uma constante na história da América Latina desde a chegada do colonizador europeu. Após os longos e sangrentos processos de independência, os vários países da região seguiram prostrados diante de outra forma de exploração: o imperialismo, principalmente o norte-americano. Todo processo de dominação é impetuoso e agressivo em si mesmo, e atinge as esferas econômica, cultural, militar e social. Dessa forma, como afirma Frantz Fanon, “a descolonização é sempre um processo violento”<sup>1</sup>, afinal, para vencer a dominação estrangeira é necessária uma ruptura em todas essas categorias. À vista disso, consideramos importante trabalhar o tema da violência revolucionária expressada pelos tribunais formados após a vitória da Revolução cubana, pois, quando um assunto não é devidamente tratado pela historiografia o senso comum cria suas próprias interpretações, quase sempre viciadas e orientadas pelo juízo moral. Diante da necessidade de uma pesquisa que fuja desses valores, procuramos situar historicamente o leitor sem condenar ou endossar esse fenômeno.

---

<sup>1</sup> FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.25

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA CUBANA

### 2.1 CUBA: UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA

Nesse primeiro capítulo desenvolveremos a hipótese de que a violência fez parte integrante do cotidiano cubano, e que desde a invasão da ilha pelos espanhóis até a derrubada do governo Batista, o uso dela foi uma ferramenta política para a solução de conflitos. Por isso, entendemos esse fenômeno e o denominamos como violência política. Para que não haja um estranhamento dos fatos ocorridos após o triunfo da Revolução, nos pareceu necessário buscar as origens das contradições da realidade cubana que desembocaram no ataque ao Quartel Moncada e os subseqüentes anos do processo revolucionário. No período que precede o processo revolucionário vitorioso, as agitações políticas e ações violentas eram tão presentes que ““todo dia... as crianças brincam de revolução. Fazem fila e marcham, atiram umas nas outras com armas imaginárias, e depois retiram as vítimas, arrastando-as”<sup>2</sup>, como destaca o historiador Richard Gott.

A violência está presente em todas as sociedades de classes, pois a existência própria das classes sociais pressupõe a dominação de uma pela outra. Dessa forma, a violência não só é inerente a tal sistema, como também é uma de suas condições *sine qua non*. O cientista político Héctor Luis Saint-Pierre retoma Maquiavel ao afirmar que ação política tem como objetivo a tomada do poder ou a manutenção desse<sup>3</sup>. Assim sendo, nesse capítulo abarcaremos as ações políticas de tomada ou conservação do poder que extrapolaram as possibilidades de solução pacífica, ou seja, nas quais as contradições se tornaram insuperáveis e a ação política se deu por forma de violência.

Também nos pareceu importante explicar desde já o conceito de revolução e de insurreição que usamos, os quais são pontos centrais desse capítulo. Entendemos revolução como “toda mudança substantiva e violenta

---

<sup>2</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.166.

<sup>3</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000. p. 61 et seq.

dos sistemas econômico-social e político-institucional”<sup>4</sup>. Quando aplicamos o termo insurreição, nos referimos ao ato violento em si, o transbordamento de energia que materializa a insatisfação de um grupo oprimido ou uma classe. Ainda que em sua origem as insurreições fossem espontâneas e reativas, ao longo do tempo, aprendendo com as repressões sistematicamente sofridas, se tornaram mais elaboradas e organizadas, se adequando às condições materiais dadas<sup>5</sup>. Nesse sentido, a insurreição é um instrumento da e para a revolução, mas não é a revolução em si.

## 2.2 COLONIZAÇÃO

Quando os espanhóis desembarcam na ilha que hoje é Cuba, em 1511, sua presença já não era completamente novidade: muitos índios dali eram taínos que chegaram à Cuba exatamente fugindo da violência espanhola em outras partes das Bahamas e Antilhas. E foram estes que fizeram a primeira resistência ao invasor. Seu líder, celebrado até hoje, era Hatuey, que acabou queimado na fogueira. Segundo relato de época, sua reação ao monge que tentava convertê-lo antes da morte dá uma pista da dimensão da violência empregada pelos espanhóis contra os nativos – ele teria preferido ir para o inferno a ter que ver um branco novamente<sup>6</sup>.

Obviamente, os espanhóis não deram conta de exterminar os nativos apenas por uma maldade de espírito que fosse inerente ao colonizador. Existia uma lógica prática por trás do ato, afinal eles queriam explorar a terra e o índio estava sobre ela. A dimensão do extermínio é dada por Florestan Fernandes ao mencionar que "entre o descobrimento e 1558, data da abolição das *encomiendas*, as populações nativas passaram de 80 mil ou 100 mil para cinco mil pessoas"<sup>7</sup>. A princípio, os exploradores buscavam por ouro. É verdade que

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>6</sup> “O monge disse que se ele acreditasse no que estava ouvindo iria para o paraíso, e poderia desfrutar do descanso eterno, mas, se não acreditasse, iria para o inferno, onde sofreria dor e tormento eternos.

Hatuey pensou um pouco e então perguntou ao monge se os cristãos iam para o paraíso. Quando veio a resposta de que os bons cristãos iam, ele retorquiu, sem precisar mais refletir, que, nesse caso, ele escolhia ir para o inferno, pois assim teria a certeza de nunca mais pôr os olhos naqueles bárbaros cruéis.” LAS CASAS apud GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 29.

<sup>7</sup> FERNANDES, Florestan. **A Revolução Cubana: da guerrilha ao socialismo**. I ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 44.

o encontraram, e por um tempo essa foi a principal atividade, porém, as reservas eram pequenas e duraram cerca de 25 anos<sup>8</sup>. Dessa maneira, ficou claro desde logo que a saída era pela agricultura, a qual seria realizada a partir da exploração da força de trabalho dos nativos do Novo Mundo.

Não demorou muito tempo para os espanhóis perceberem que o problema da mão de obra não estava resolvido. O raciocínio de Richard Gott parece muito bem fundamentado ao explicar que:

[Na] história de todos os impérios, escravizar a população local em benefício dos invasores estrangeiros é algo que sempre se mostrou difícil. Os habitantes indígenas se recusavam a trabalhar, definhavam ou partiam para outro lugar. Escravos tem que ser trazidos de fora<sup>9</sup>.

Para a solucionar o empecilho citado, os invasores passaram a trazer índios de outras partes do continente imaginando que esses seriam mais obedientes. A sorte desses indígenas não foi diferente daquela dos primeiros nativos, como relatado por um viajante italiano<sup>10</sup>, e também não serviram aos desígnios dos cristãos ávidos por extorquir do trabalho deles sua riqueza almejada, pois tão logo passaram a se portar como os primeiros escravizados. Dessa forma, os colonizadores começaram a procurar uma nova alternativa.

### 2.3 A CHEGADA DOS AFRICANOS

Tendo, os espanhóis, uma série de dificuldades com a força de trabalho indígena, buscaram a solução também em um continente que não o seu próprio. A vinda forçada dos africanos para a ilha seria o início de grandes

---

<sup>8</sup> LAS CASAS apud GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 30.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>10</sup> “Os escravos [índios] são todos marcados na face com um C (de Carlos V); depois os governadores e capitães fazem o que querem com eles; alguns são dados a soldado, para serem vendidos mais tarde, ou usados como aposta em jogos. Quando chegam navios da Espanha, eles trocam esses índios por vinho, farinha, biscoitos ou outras necessidades. E mesmo quando algumas mulheres estão grávidas desses mesmos espanhóis, eles ad vendem sem nenhuma consciência.

Então os mercadores levam embora e vendem os índios outra vez. Alguns são enviados para Spagnuola [Hispaniola], enchendo grandes embarcações construídas como caravelas. Eles são transportados sobre o convés, e como quase todos foram capturados em terra, no interior, sofrem severamente os horrores do mar, presos como animais, com suas doenças e necessidades, nos porões sujos, de onde não têm licença para sair; e estando o mar muitas vezes calmo, faltam-lhes água e outras provisões, de modo que os pobres infelizes, oprimidos pelo calor, o mau cheiro, a sede e a aglomeração morrem miseravelmente lá embaixo.” BENZONI apud GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 31 .

contradições que agitaram a região. É bem verdade que a princípio foi uma movimentação lenta, os próprios colonizadores não tinham dinheiro para comprar negros escravizados. Mas no final do século XVI já havia na ilha mais de 12 mil escravos<sup>11</sup>.

Todavia, se o problema com os indígenas era sua não submissão ao trabalho forçado, não foi diferente com os primeiros negros que chegaram a Cuba. Data de 1532 a primeira rebelião de negros na ilha. A resposta oficial veio com a força habitual e o “levante foi rapidamente esmagado, e as cabeças de todos os líderes foram espetadas em postes na periferia da cidade”<sup>12</sup>.

A forma como rebeliões são enfrentadas pelos dominadores não é de forma alguma uma exceção em um domínio particularmente cruel. A correlação de forças é o pêndulo da ação política e o argumento mais persuasivo numa disputa. Dessa forma, como afirma Saint-Pierre,

O retorno à estabilidade é uma condição intrínseca ao próprio sistema. A política da estabilidade, na medida que atua sobre o sistema, procurará eliminar os focos que possam alterar o seu equilíbrio, isto é, sua ação objetivará impedir, e, em última instância, contrarrestar a ação da política desestabilizadora.<sup>13</sup>

A tensão entre negros escravizados e os colonizadores só aumentaria com o passar dos anos e com o recrudescimento do tráfico para a região. Logo o poder espanhol seria contestado, tanto pela atividade bucaneira, como pela intervenção direta da Inglaterra (A Espanha se aliou à França durante a guerra dos sete anos) e também pelas rebeliões promovidas pelos negros.

O aumento da população negra coincidiu, não por acaso, com a expansão da monocultura no território cubano. É notável que, com o auxílio de refugiados franceses vindos de Saint-Domingue (hoje Haiti), a agricultura cubana tenha dado um salto de qualidade no que diz respeito à tecnologia empregada. Dessa forma, já no final do século XVIII a população negra se equiparava com a branca, e em meados do XIX já era a maior de Cuba. Como destaca Richard Gott, talvez acidentalmente dialético, “este seria o século mais prospero da ilha”, e salientando o impacto cultural e político da espoliação do

---

<sup>11</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 40.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 41

<sup>13</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000. p. 62-63.



trabalho negro, completa: “já que levou a um imenso aumento da população escrava de Cuba”<sup>14</sup>.

#### 2.4 AS PRIMEIRAS AGITAÇÕES PELA INDEPENDÊNCIA

As primeiras tentativas de independência em Cuba datam do início do século XIX, quando, em 1810, aristocratas brancos lideraram uma milícia de negros e mestiços para tomar o poder. Esse primeiro movimento não visava tocar na superestrutura cubana e tinha um caráter realmente conservador<sup>15</sup>. Eles foram combatidos por milícias de voluntários brancos e rapidamente derrotados. Seus líderes foram presos e posteriormente exilados, enquanto os negros, além de aprisionados, sofreram o açoite.

Já em 1812, uma nova rebelião seria descoberta. Dessa vez organizada por um negro, José Antonio Aponte, o qual também buscava a independência além de uma mudança social profunda como o fim da escravidão. Foram surpreendidos antes de conseguirem executar seu plano de ação. A afronta nesse caso era mais profunda e organizada, por isso aqueles que foram capturados, incluindo Aponte, foram executados e tiveram suas cabeças expostas<sup>16</sup>.

Outras insurreições aconteceram, principalmente a partir de 1820 por influência de Simon Bolívar. Porém, nenhuma delas chegou de fato a ameaçar o domínio espanhol na ilha. Para além do bom trabalho dos serviços de segurança dismantelando as ações rebeldes, a própria elite cubana não deseja nesse momento uma ruptura, por medo de haver prejuízos em seus negócios. É claro que esse desejo de independência não surge como por milagre na ilha. Como demonstra Gott,

As ideias do iluminismo, a expansão da franco-maçonaria, a lembrança da revolução americana, o impacto da revolução francesa e das guerras de Napoleão e o choque da revolução negra de Saint-Domingue – todos esses aspectos tiveram uma repercussão notável em Cuba. Muitos cubanos educados, tanto brancos quanto negros, sentiam-se parte de um mundo mais amplo em transformação, e começaram a traçar novos caminhos para o futuro da ilha, mesmo que os esforços fossem vãos.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 62.

<sup>15</sup> *Ibidem*, 65 e 66

<sup>16</sup> *Ibidem*, 68

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.69

Segundo Saint-Pierre, toda ação armada para tomar o poder tem três elementos em comum: “a preparação, o assalto e a consolidação.”<sup>18</sup> No primeiro momento, ou seja, a preparação, além de estabelecerem a tática e a estratégia do grupo, é o momento também de buscar alianças que vão sustentar e consolidar o grupo durante e após a tomada do poder. É evidente que já nessa etapa esses primeiros movimentos independentistas falharam e ficaram vulneráveis às investidas do poder metropolitano.

Havia nesse momento em Cuba duas grandes contradições que geravam tensões na estabilidade político-social: a questão étnica e a questão da independência. Embora as duas se encontrem e se misturem, em essência eram diferentes, pois no decorrer do século XIX a metrópole, através do governo local, tomou medidas mais assertivas para uma delas do que para a outra. Uma dessas medidas foi o incentivo à imigração branca para a ilha. Receosos com a experiência do Haiti, os brancos, entre eles alguns independentistas, pensaram que deveriam equilibrar, e ainda mais, superar os negros em número, estabelecendo assim uma correlação de forças vantajosa.

Tanto como resposta às ações políticas raciais, quanto às insurreições que buscavam a independência, a Espanha pensou por bem que seria melhor instaurar um novo tipo de regime, a fim de garantir a estabilidade do poder metropolitano. O país Europeu enviou à ilha militares que instauraram um regime de repressão através de severa lei marcial que passou a perseguir tanto os negros (livres e escravizados) como brancos militantes da causa da independência. Esse regime ficou marcado por sua especial dureza no enfrentamento das dissidências, tanto que acabou por atrair os intelectuais cubanos a se posicionarem contra a Espanha, mesmo aqueles que defendiam a manutenção colonial<sup>19</sup>.

Se dentro de Cuba o sentimento nacionalista crescia, os olhos de outro país se voltavam para a ilha com seus próprios planos. O império espanhol se diluía na América e, mesmo antes da doutrina Monroe, os Estados Unidos já analisavam as táticas possíveis em sua estratégia de expansão imperialista.

---

<sup>18</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: Fundamentos da guerra revolucionária. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000. p.74

<sup>19</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 74.

Além da proximidade de Cuba com o país continental, que lhe dava grande valor estratégico para os Estados Unidos, havia também um receio por parte dos norte-americanos de uma revolução negra na ilha, a qual se localizava perigosamente perto do Estado do Sul, podendo, assim, influenciar os negros escravizados em toda aquela região. Por isso, para os governantes dos EUA, era impensável uma independência em Cuba, sendo então preferível mantê-la sob domínio espanhol ou então agregada ao governo norte americano.

Como dito, não se tratava apenas do receio de um levante negro que pusesse em cheque a escravidão no Sul dos Estados Unidos. Cuba também era considerada estrategicamente importante para o domínio na região, como observava Thomas Jefferson em carta ao presidente James Monroe:

Confesso sinceramente que sempre olhei para Cuba como o acréscimo mais interessante que jamais poderia ser feito no nosso sistema de estados. O controle que, com Florida Point, esta ilha nos daria do Golfo do México, e dos países e istmos às suas margens – bem como de todos aqueles cujas águas fluem para dentro dele – preencheria plenamente a exigência de nosso bem-estar.<sup>20</sup>

Fica óbvio nesse fragmento que a independência cubana não era uma questão que envolvia apenas a Ilha e a Espanha. Embora os Estados Unidos não pudessem simplesmente anexar Cuba, nessa mesma carta o próprio Jefferson explica que a relação com os britânicos ficaria muito deteriorada, pois tudo o que ocorresse na ilha seria assistido pelo gigante continental. Era corrente entre os políticos norte-americanos que se a ilha saísse do controle espanhol, ficaria a cargo dos Estados Unidos o domínio sobre a pequena ilha<sup>21</sup>. É notável também, que muitos *hacendados* (fazendeiros) cubanos desejavam a anexação. Essa ideia não é absurda se pensarmos que em meados do século XIX os Estados Unidos estavam em franca expansão para o Oeste, Sul e Norte; ou seja, para alguns proprietários, seria economicamente vantajoso fazer parte desse grande país.

É importante citar desde já o papel desempenhado pelos Estados Unidos em relação a Cuba, porque a sua entrada na cena política da ilha mudará completamente a correlação de forças, tanto internas quanto externas. Isso ficará mais evidente quando começam as guerras de independência, mas

---

<sup>20</sup> JEFFERSON Apud GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 76.

<sup>21</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 75.

mesmo nesse momento mais remoto, tendo a independência como referência, o país continental já exerce importante e decisiva influência.

A Espanha saía de jogo, seu império havia ruído. Embora o presidente dos Estados Unidos naquele tempo, James Monroe, houvesse deixado claro que a América estaria sob influência e domínio norte-americano, a Grã-Bretanha também espreitava o Caribe a fim de expandir seu império. Por seus próprios motivos, que não são o foco deste trabalho, o governo britânico estava numa cruzada antiescravagista. Esse era o maior foco de tensão entre os dois países que tentavam ocupar o espaço deixado pela Espanha. Se de um lado os EUA não podiam permitir que a ideia de abolição chegasse em suas terras, a Inglaterra lutava para acabar com o tráfico. Essa contradição levou os dois países a enviarem agentes para Cuba, influenciando e animando a política na ilha que ainda pertencia à sua velha metrópole.

Nesse ínterim eclodiu em toda porção ocidental de Cuba uma grande rebelião negra espalhada em vários focos, que ficou conhecida como “La escalera”. Porém, esse levante não se notabilizou simplesmente como uma insurreição para derrubar a escravidão; de fato ficou mais famoso pela forma como foi reprimido. A violência com a qual foi combatido foi de tal forma perturbadora que escandalizou norte-americanos que visitavam a ilha, que relataram torturas e castigos tais que maioria das vítimas morriam durante o processo de punição<sup>22</sup>. A governança não só queria punir os rebeldes, mas também deixar um recado muito claro para aqueles que se levantassem contra a coroa, principalmente se fossem negros. Embora essa sanguinolência tenha surtido obvio efeito imediato, a agitação política em Cuba logo levaria a ilha à uma nova escaramuça.

## 2.5 AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

Como vimos até aqui, a violência sempre foi política tanto na busca pela manutenção do poder, via metrópole, ou como forma de resistência e tentativa de tomada do poder, via negros e colonos. Não só o objetivo da ação violenta,

---

<sup>22</sup> Ibidem, p 82

mas também com qual intensidade e amplitude ela se dará, são escolhas subjetivas e não técnicas, evidenciando assim seu caráter político<sup>23</sup>.

Ninguém imaginaria que um grupo ou uma classe se levantaria em guerra se a opção pacífica estivesse em voga. Não é razoável imaginar que pessoas arriscariam suas vidas em lutas constantemente desfavoráveis se houvesse uma saída para corrigir as injustiças estruturais que sofrem. É nesse sentido que Gott afirma que com “todas as opções reformistas exauridas, muitos cubanos estavam prontos a rebelar-se”, e mais adiante completa, “dispostos a usar a violência para atingir os seus objetivos políticos”<sup>24</sup>. Esse “objetivo político” era basicamente a independência de Cuba, e em 1868 estava para estourar a primeira guerra com esse fim, a qual ficou conhecida como a Guerra dos 10 anos.

Os cubanos sentiram a oportunidade por conta de instabilidades em sua metrópole. A crise na Espanha obrigou a Rainha a se exilar, e isso pareceu o momento propício para tornar a ilha livre de seu colonizador. Mas isso não fez com que os espanhóis se descuidassem da colônia, e dentro de Cuba havia um grande empecilho, como afirma Gott:

Desde a rebelião escrava em Saint-Domingue, em 1791, a Espanha esmagara continuamente toda e qualquer oposição ao seu domínio em Cuba. A lei marcial manteve os escravos nos barracões, a repressão feroz dizimou os negros livres e a ameaça de exílio pesou sobre as cabeças dos brancos ricos dissidentes das classes média e alta. A possibilidade de um governo de maioria negra caso a ilha se tornasse independente, articulada com os encantos de uma prosperidade sem precedentes para a elite, criada pela indústria açucareira, manteve a postura da maioria dos colonizadores brancos de apoiar firmemente a pátria espanhola.<sup>25</sup>

Sendo assim, em resposta ao movimento independentista que surgia, a lei marcial foi intensificada, estabelecendo-se a censura para imprensa e a proibição de reuniões políticas. Mesmo com a rainha exilada, o governador geral de Cuba, General Lersundi, se manteve fiel à coroa e não facilitaria o rompimento da ilha com a metrópole. Além das forças oficiais para enfrentar em combate franco os rebeldes, o General contava com o apoio dos *voluntários* – grupos de brancos racistas e, geralmente, recém imigrados,

---

<sup>23</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: Fundamentos da guerra revolucionária. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000, p. 75 e 76.

<sup>24</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 92.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 95

armados pelo governo geral. Esses voluntários não faziam, contudo, o papel de tropa, pois seus batalhões eram organizados e direcionados para as cidades com o intuito de intimidar e dissuadir a população.

Incentivados e equipados por Lersundi, os voluntários cresceram de tal forma que passaram a exercer influência política em todas as principais cidades cubanas. Sua força era tal, que quando o general foi substituído por um homem mais moderado, eles conseguiram escorraçá-lo de volta para Espanha, sendo enviado um novo funcionário simpático à sua causa.

Pelo lado rebelde, suas ações eram inspiradas pelos haitianos: incendiavam plantações de cana e os engenhos, libertando os escravos que trabalhavam nas propriedades. A falta de armamento fez com que evitassem o embate frontal com as tropas espanholas, partindo assim para a guerra de guerrilhas. Em resposta, os espanhóis executavam jovens encontrados distantes de suas casas e mantinham famílias inteiras cativas em seu poder. Como já foi dito, a violência é o meio pelo qual o poder restabelece, ou tenta, manter a estabilidade. Nesse sentido, Gott cita um relato da época sobre como os espanhóis procediam para restabelecer a ordem:

As forças espanholas tomavam a deslealdade como dada, e determinaram que ela nunca deveria descampar em rebelião aberta. Não só fuzilavam todos os insurgentes que apanhassem com armas nas mãos, como dizimavam sem misericórdia muitos fugitivos desarmados que, aterrorizados com a aproximação, fugiam para as florestas, e sentenciavam ao mesmo destino outros que permaneciam calmamente em casa, mas eram suspeitos de simpatizar com a causa rebelde<sup>26</sup>.

Para além da resposta aplicada pelos colonizadores, os rebeldes sofriam com contradições internas que minavam sua unidade, atrapalhando na ação conjunta e resolução do conflito: a base rebelde divergia quanto à anexação ou não aos Estados Unidos e sobre o fim da escravidão.

Com as condições desfavoráveis, os rebeldes aceitam um armistício com a promessa da coroa de anistiar os envolvidos no conflito. Embora não tenham conseguido nem a independência e nem o fim da escravidão, ao menos os negros envolvidos na guerra ganharam sua liberdade. Porém, com a manutenção da escravatura os ânimos não baixaram, e logo irrompeu uma nova insurreição. Dessa vez com um poder de organização menor, a trama foi

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 98 e 99

desfeita antes mesmo de se mostrar ao mundo, e terminou com os envolvidos, quase todos negros, presos<sup>27</sup>.

Se o problema da independência não estava resolvido, pelo menos carecia de uma nova teorização. Nesse contexto surge José Martí, que cunhou as diretrizes de uma nova guerra pela independência que superasse os conflitos étnicos que subsistiam mesmo após a abolição em 1886, além da ainda forte ideia de anexação pelos EUA. Ele se juntaria a dois veteranos da guerra dos 10 anos que ainda exerciam grande influência: Máximo Gomez e Antonio Maceo. O momento propício tinha chegado, pois havia uma grande tensão entre Espanha e Estados Unidos que logo se tornou uma guerra, e tais instabilidades externas puderam ser bem aproveitadas pelos movimentos internos.

Tanto a metrópole quanto o vizinho imperialista acenavam com soluções para o problema cubano. De um lado, a anexação ao território estadunidense, ideia antiga e nunca abandonada pelo país continental e do outro, a transformação de Cuba numa província autônoma da Espanha. Moniz Bandeira demonstra como nenhuma dessas ideias satisfaziam os líderes rebeldes:

Os homens que deflagraram, em 1895, a luta armada contra o domínio de Madri, no entanto, queriam a mais completa independência de Cuba e repudiavam tanto o projeto de autonomia quanto a ideia de anexá-la aos Estados Unidos [...] [José Martí,] um dia antes de tombar no combate de Dos Rios,[escreveu] que arriscava a vida pelo seu país e pelo dever de impedir que os Estados Unidos se estendessem às Antilhas, bem como “la anexión de los pueblos de nuestra América al Norte revuelto y brutal que los desprecia”.<sup>28</sup>

Um dos temores dos rebeldes era também uma intervenção direta dos Estados Unidos, e segundo Martí, a “única forma de frustrar tal intervenção... seria iniciar a guerra pela emancipação de Cuba”<sup>29</sup>. Ou seja, a guerra aparece mais uma vez como continuação da política, uma ferramenta utilizada quando outras falham ou não são possíveis.

Também os Estados Unidos se aproveitaram da instabilidade gerada pela nova rebelião. Como já dito, havia tensões entre esse país e a Espanha, e

---

<sup>27</sup> Ibidem, 102

<sup>28</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 54.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 54.

o vizinho de Cuba almejava tanto as ilhas caribenhas quanto as possessões espanholas no pacífico. A saída para essa contradição foi igualmente a guerra (que seria facilmente ganha visto a deterioração da Espanha), como demonstra Bandeira:

Ao firmar o Tratado de Paris, em 10 de dezembro de 1898, a Espanha, além de renunciar definitivamente à soberania sobre Cuba, cedeu aos Estados Unidos, na condição de colônias, tanto o restante das Índias Ocidentais, inclusive Porto Rico, no Caribe, quanto Guam e o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico, onde o governo McKinley, naquele mesmo ano, adquirira também o Havaí.<sup>30</sup>

Com a morte prematura de Martí, ainda nos primeiros momentos da guerra, seguida da morte de Maceo, os rebeldes perderam poder de influência e os EUA se aproveitaram disso para negociar, sob seus termos, a independência de Cuba com a Espanha. Esse processo se deu já no fim da guerra. Se a guerra durou três anos, a participação norte americana só veio nas três semanas finais de conflito. Cuba deixou de ser colônia, mas não se tornou independente. Agora sob custódia dos Estados Unidos, o país havia perdido um quinto da população na independência, fora os danos profundos nos meios de produção.

Do fim da guerra até 1902, ano da efetivação da emenda Platt (comentaremos sobre ela mais adiante), Cuba viveu sob um regime militar estadunidense. O próprio presidente do vizinho do Norte havia garantido que os militares ficariam lá até haver “estabilidade” e “tranquilidade” na ilha<sup>31</sup>. De fato, a intenção dos EUA era permanecer indefinidamente e mesmo anexá-la<sup>32</sup>, mas bastou a primeira eleição, municipais e constituinte, para perceber que os cubanos queriam a independência total. Sendo assim, os norte-americanos elaboraram uma forma diferente de domínio para manter a influência sobre Cuba.

## 2.6 A EMENDA PLATT E A REPÚBLICA CUBANA

Com a possibilidade de anexar Cuba ao seu território se esgotando, os Estados Unidos buscaram uma alternativa para manter o controle sobre a ilha caribenha. Por conta da sua localização, não era viável à política imperialista

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 56 e 57.

<sup>31</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.127.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 127 e 128.



dos EUA simplesmente permitir a independência cubana. Nesse sentido, um senador sob ordens do General Root<sup>33</sup> apresentou uma emenda que na prática estabelecia Cuba como um protetorado do país norte-americano. Como definiu Bandeira,

Essa emenda, inspirada por Elihu Root, secretário da Guerra, cuja redação final coubera ao Comitê do senador Orville H. Platt, não só a impedia de celebrar com outras nações tratados ou pactos de qualquer natureza, lesivos à sua independência, e contrair dívidas públicas cujos juros e amortizações não pudessem ser pagos com a própria receita, como assegurava aos Estados Unidos direito não só de intervir nos seus assuntos internos, a pretexto de “proteger a vida, a propriedade e a liberdade individuais”, como também de comprar ou arrendar partes do seu território, para estabelecer bases navais ou depósitos de carvão.<sup>34</sup>

Essa emenda iria definir a política dos Estados Unidos para a ilha não só no período em que esteve vigente, até 1934, como até mesmo depois da revolução. Ainda hoje em Cuba é possível sentir os efeitos dessa emenda, tanto na Baía de Guantánamo que segue em posse do país continental, como no bloqueio econômico imposto a Cuba desde o início da década de 1960. Essa emenda não só gerou décadas de instabilidade política, violência (estrutural e aparente) e insurreições, mas também um grande ressentimento na população cubana, que ajudou a construir as possibilidades da revolução, como veremos adiante.

A nascente república tutelada por Washington era “...caracterizada por violência incessante, corrupção dramática, revoltas militares, gangsterismo, e intervenção militar esporádica do Estados Unidos”<sup>35</sup>. Foi nesse período que cidadãos americanos, se aproveitando da situação favorável com a “ocupação militar” estabelecida em 1906, durante a qual as “...terras foram vendidas a empresas norte-americanas pelo preço de 10 cents a caballeria (13,5 hectares)”<sup>36</sup>, adquiriram grandes porções de terras na ilha a ponto de suas posses corresponderem a 60% das propriedades rurais no país. Também importado dos EUA veio à ilha o racismo institucional daquele país, que além de promover imigração branca massiva também impediu que negros tivessem

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>34</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 57 e 58.

<sup>35</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 134.

<sup>36</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 66.

posições em cargos políticos, o que aumentou a tensão racial em Cuba. Esse fato não era inédito, a própria Espanha havia recorrido a políticas segregacionistas da mesma natureza.

Somando-se a esses fatores, as primeiras eleições para presidente na Cuba independente ocorreram com um candidato único. Os dois mais populares se retiraram ao perceber que o processo era fraudulento, restando apenas o postulante patrocinado pelos Estados Unidos. Estrada Palma seria eleito nessa ocasião e reeleito no pleito seguinte, novamente como candidato único. Aí inaugurava-se uma tradição em Cuba de sempre se contestar o resultado das eleições, e em 1906 aconteceria a primeira insurreição do período republicano. Para forçar os EUA a intervir, o então presidente renunciou fazendo com que os norte-americanos realizassem uma ocupação na ilha, a qual durou até 1909, ano em que houve novas eleições.

Em princípio, os negros deram seu apoio ao Partido Liberal que havia chegado ao poder após a intervenção de três anos. Porém, desde logo perceberam que suas demandas não seriam atendidas. Por isso mesmo criaram um partido próprio, o Partido de Cor Independente (PCI), que lutava por uma maior participação dos negros nos empregos públicos e na política. Ao passo que foi ganhando popularidade e minando os votos do Partido Liberal, o PCI passou a sofrer difamação através dos jornais. Como sempre, o caso do Haiti foi levantado como exemplo e o pânico branco ia se instaurando novamente. A agitação precedente fez com que os líderes do partido e alguns militantes fossem presos. Mesmo sendo todos absolvidos, o partido dos negros acabou por ser proibido aumentando a tensão na Ilha.

Mais uma vez Cuba respirava ares de rebelião. Da luta pela liberdade e igualdade de direitos presente na última guerra de independência, pouca coisa, para não dizer nada, mudou para os negros. Intencionalmente esquecidos e suprimidos pela intervenção estadunidense, agora sofriam uma nova provocação. Dessa vez estavam organizados e lutariam por suas bandeiras da forma como sempre havia sido. Em maio de 1912 começa o levante com números estimados entre 4 e 7 mil homens<sup>37</sup>. O governo dos EUA manda seus

---

<sup>37</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.146.

marines para a ilha, mas só para garantir que as propriedades norte americanas se mantivessem intactas.

O levante, que em verdade tinha como objetivo dar poder de negociação aos negros, logo se tornou uma guerra racial que durou três semanas e terminou com ao menos 3 mil negros mortos. Entre as vítimas da repressão estava o líder do movimento, Evaristo Estenoz, que teve seu corpo exposto no quartel Moncada. Esse foi um pretexto formidável para o governo cubano estender seu controle sobre os negros e acabar com o partido deles, já que os “...indícios mostram que a repressão governamental precedeu a ação dos manifestantes”<sup>38</sup>.

Se a insurreição já era uma arma política de reivindicação tradicional em Cuba, a repressão excessivamente violenta também era, e o fato dessa rebelião ter sido liderada por um negro gerou uma comoção maior dentro do governo. A questão racial estava nesse momento tão acirrada que jornais conservadores defendiam mesmo o linchamento de negros para poder controlá-los. Talvez, uma ilustração dessa política de terror tenha sido o “comando geral das forças em oriente”, que organizou junto a jornalistas uma demonstração bélica com novíssimas metralhadoras: “...eles apontaram para um pacífico povoado camponês, e mataram 150 famílias camponesas que estavam em suas cabanas”<sup>39</sup>.

O desenvolvimento econômico em Cuba se tornava cada vez mais dependente; em consequência, aumentava a necessidade de grandes plantios, principalmente de cana. Se o capital precisa de terra, quem sofre é o camponês que ocupa essa terra, os quais foram expulsos sem grande cerimônia, derrubando-se também a mata nativa para aumentar as áreas de plantio. A Primeira Guerra Mundial fez com que Cuba recebesse uma grande demanda por seu açúcar. Para suprir essa demanda os cubanos precisavam de mão de obra, e os europeus estavam presos em sua guerra<sup>40</sup>, por isso foram obrigados a recorrer ao Haiti e Jamaica.

Coincidindo com o fim da Primeira Guerra Mundial, veio a nova eleição e mais uma insurreição após o resultado. De fato, a contagem dos votos era

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>39</sup> Ibidem, p.147.

<sup>40</sup> Ibidem, p .149.

sempre contestada, pois as eleições eram costumeiramente fraudadas. Dessa vez, porém, abateu-se uma grande crise econômica causada pelo fim da demanda gerada pela guerra. Essa crise se mostrou insuperável e culminou com a eleição de Gerardo Machado em 1925.

Machado era um veterano da última guerra de independência e tinha inclinações fascistas. Não obstante, como destaca Bandeira, manobrou para poder permanecer no poder além do mandato normal:

[...] o governo do general Gerardo Machado, que, eleito em 1925, conseguiu em 1929 que o Congresso lhe prorrogasse o mandato por mais seis anos, estava a enfrentar enorme resistência por parte da opinião pública, sob o impacto da “terrível crise econômica, sem precedentes na história de Cuba”. Já em 1930, vários motins e distúrbios, com perdas de vida, ocorreram, e uma greve geral eclodira, atendendo a uma convocação da Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOO), vinculada à Internacional Sindical Vermelha.<sup>41</sup>

Sua permanência forçada e o alto índice de desemprego fizeram surgir uma oposição mais radical e algumas insurreições, uma delas, inclusive, organizada por um ex-presidente. O resultado dessas rebeliões, mais ou menos organizadas, era sempre a prisão, tortura ou morte dos envolvidos. As vezes até quem não estava envolvido sofria as consequências, como quando Gibara foi bombardeada. Bandeira novamente demonstra o empenho do governo Machado em reprimir a oposição na tentativa de manter a estabilidade.

[...] o governo do general Machado, que gastava anualmente mais de US\$ 10 milhões para manter milícias mercenárias, enquanto despendia apenas US\$ 700.000 com a agricultura, intensificou a repressão, fuzilando estudantes e outros adversários, sem conseguir dominar a oposição e conter os atentados a bomba, bem como outros atos de terror<sup>42</sup>.

Essa repressão, ao invés de desvanecer o ímpeto de oposição, fez com que pela primeira vez desde as guerras de independência os trabalhadores começassem a se organizar. Geralmente influenciados por anarquistas e comunistas, esse grupo começa a tomar forma e Machado, para conter o avanço dos trabalhadores, manda “Fuzilar ou deportar líderes anarquistas

---

<sup>41</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 80.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 81.

destacados, ou dá-los de comer aos tubarões”<sup>43</sup>. Se todos os governos cubanos, desde a independência, reprimiram com violência as insurreições, o atual presidente o fazia de maneira particularmente bruta, lembrando a “...tradição dos proprietários de escravos com seus cães e chicotes...”, mas “...os facões haviam dado lugar às metralhadoras como instrumento de controle social”<sup>44</sup>.

Se a repressão era prática tradicional, o nível que ela atingiu no governo Machado não era. O recrudescimento da violência estatal fez com que setores da sociedade antes imunes agora fossem atingidos. Como resultado, estimulou que estudantes de classe média se mobilizassem, e ainda se radicalizassem, o que culminou com a formação de movimentos afeitos a ação política violenta: primeiro, o *directorio estudantil*, e mais tarde o *ala izquierda estudantil* e *unión estudantil*. Esses grupos todos se localizavam no espectro da esquerda, mas também foi fundando o ABC, cuja inspiração era o fascismo.

Todos esses grupos eram partidários da violência e promoviam ações terroristas e assassinatos. A ação desses movimentos, além de lançar novos líderes na política cubana, colaboraram para desestabilizar ainda mais o governo Machado. Aliado à grande pressão que vinha sofrendo com a crise econômica severa, o então presidente teve de enfrentar um protesto de motoristas que teve ampla adesão se tornando uma greve geral. Nesse momento, o mandatário perde apoio das forças armadas ficando sem apoio político e renuncia à presidência, como bem descreve Moniz Bandeira:

[...] a posição de Machado se torna insustentável, pois enquanto a polícia secreta, conhecida como Porra, reprimia o povo a metralha, o Exército e a Marinha, bem como o Corpo de Aviação, rebelavam-se, impondo-lhe a renúncia, reclamada igualmente pelo embaixador Sumner Welles, como única fórmula para a pacificação do país. Em tais circunstâncias, não restou a Machado, como alternativa, senão abandonar o poder, que se lhe escapara das mãos, na verdade, quando não mais contara com o apoio das Forças Armadas.<sup>45</sup>

Após a renúncia de Machado os ânimos continuaram exaltados, e aqueles que eram lembrados como parte da repressão do antigo presidente eram linchados e mortos, outros com mais sorte fugiam. O novo governo não

---

<sup>43</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 155.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>45</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 82.

conseguia estabilizar a política e a profundidade das manifestações levava a crer que Cuba vivia um processo revolucionário. Sem resposta a essas manifestações, esse governo que provinha das linhas da direitista ABC é “varrido”. Um grupo de sargentos, entre eles Fulgêncio Batista, iniciam uma sublevação que logo seria engrossada pelos grupos esquerdistas de estudantes<sup>46</sup>. Dessa nova insurreição chega ao poder Batista, que daria as cartas da política em Cuba pelos próximos 20 anos.

## 2.7 A ERA BATISTA

Após a insurreição dos sargentos, formou-se um grupo com os movimentos estudantis, lançando Ramón Grau San Martín como presidente. Sob nova presidência, Fulgêncio Batista é promovido a Coronel, mais alto nível hierárquico no Exército cubano. Como afirma Bandeira,

Esta medida desencadeou um motim de oficiais superiores, cerca de 300, que se recusaram a acatar as ordens para apresentação, dentro de 24 horas, sob pena de deserção, e refugiaram-se no Hotel Nacional, onde Sumner Welles estava hospedado<sup>47</sup>

O resultado foi que soldados leais a Batista atacaram os oficiais no hotel, com o saldo de 80 mortos, além de vários feridos e presos. Num segundo momento, outros oficiais da época de Machado também se levantaram e foram massacrados<sup>48</sup>. Batista, percebendo que os EUA não reconheciam o novo governo, se afasta dos estudantes e se aproxima do embaixador estadunidense. Como o vizinho do norte não reconheceria o governo Grau, Fulgêncio faz com que o conservador Mendieta se torne o novo presidente, pois seu nome era de agrado da Casa Branca. Mostrando acordo com a nova ordem política cubana, o país continental finalmente revoga a emenda Platt, o que não teria tanto impacto assim na vida da ilha caribenha.

Guiteras, o esquerdista radical que ajudara na insurreição vitoriosa dos sargentos, agora não tinha mais papel ativo no governo, e partiu para a ilegalidade organizando novas greves e formando guerrilhas contra o novo

---

<sup>46</sup> Ibidem, p. 82-83.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>48</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 164.

presidente. Como elucida Gott, essas greves já não tinham o mesmo impacto porque

Mendieta e Batista ainda contavam com ventos populistas para içar as suas velas e, impondo a lei marcial à velha maneira espanhola, esmagaram a greve. Mais uma vez, uma onda de repressão varreu a ilha de ponta a ponta, e puseram os sindicatos na ilegalidade, fecharam a universidade e transformaram a prisão e a tortura em norma para ativistas políticos<sup>49</sup>.

Com a opinião pública a seu favor, Batista, quem realmente dava as cartas, instaura um Estado militar. Assim, os conflitos políticos em Cuba mais uma vez eram resolvidos sob o argumento da metralha, e uma das vítimas dessa nova, mas antiquíssima política, foi Guiteras, assassinado enquanto fazia planos de treinar uma nova guerrilha no México. Esse momento da política cubana é bem explicado por Emir Sader:

Batista seguiu então como homem forte do país. Reprimiu com violência as greves que se prolongavam, conseguiu prender e executar Guiteras antes que conseguisse embarcar para o exterior e retomar o plano de Martí e Mella. Com campo livre Batista pôde se entender com os EUA como um dirigente de confiança.<sup>50</sup>

Tuteladas sempre pelo Coronel, eleições foram realizadas, e todo novo presidente empossado tinha o mesmo poder e respondiam diretamente a Batista. Essa estabilização possibilitou o surgimento de novos partidos políticos e também uma nova constituição, a primeira elaborada através de uma constituinte.

Após período de crescimento econômico gerado pelas demandas da Segunda Guerra mundial, a exemplo da Primeira, os governos da base de Batista finalmente sofrem um revés político: primeiro com o velho Grau (que com uma guinada à direita gera indignação nas fileiras populares, fazendo surgir o Partido Revolucionário Cubano Ortodoxo), e em 1948, com Prío Socarrás, que "...teve seu governo descrito como o mais polarizado, corrupto, violento e não democrático da republica cubana"<sup>51</sup>; lembrando que a concorrência para esse posto era grande.

Um governo sob a forma acima descrita obviamente gerava crises, mas toda a antiga geração engajada e contestadora já estava fora da política, e

---

<sup>49</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>50</sup> SADER, Emir. **A revolução cubana**. São Paulo: Moderna, 1985. p. 14.

<sup>51</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 169.

nesse momento surgem novas lideranças, entre as quais o jovem advogado Fidel Castro. Porém, quem contestaria com armas o novo Presidente, pela segunda vez na história republicana de Cuba, foram os militares de menor patente. Convocaram Fulgêncio Batista para liderar o golpe, e ele só aceitou porque percebeu que não ganharia a eleição que se avizinhava. O Governo de Prío era tão impopular que pela primeira vez um presidente ilha caiu sem que um tiro fosse dado.

A princípio bem recebido, agora Batista governava sem intermediários. Contudo, logo percebeu-se que não se tratava de nenhuma ruptura com a velha ordem marcada pela corrupção e o *gangsterismo*. Mais uma vez Cuba respirava ares de rebelião.

## 2.8 DO MONCADA AO PODER

Corria o ano de 1953, o qual, coincidentemente, marcava os 100 anos do nascimento do grande herói nacionalista cubano José Martí. Obviamente, Fidel Castro, que estava prestes a se tornar o homem mais conhecido de Cuba, explorou essa data em sua causa. Ainda tido como uma liderança emergente do Partido Ortodoxo, Castro organizava secretamente um ataque para tirar Batista do poder, como mandava a tradição cubana. A estratégia era tomar dois quarteis, se armar, e partir para a tática de guerrilha no campo, onde a insurreição se generalizaria e tornaria insustentável a manutenção do poder pelo Coronel golpista. No entanto, esse ataque que virou símbolo da futura revolução, foi um fracasso completo. O alvo era o segundo maior quartel de Cuba, o Moncada, contando com ataques simultâneos em outros dois objetivos. A investida é repelida por conta da posição defensiva bem guardada do Moncada e os rebeldes que não foram mortos tiveram que fugir desordenadamente.

A resposta de Batista ao ataque foi duríssima, e aqueles que foram feitos prisioneiros logo seriam torturados executados dentro da guarnição. O próprio Fidel Castro foi capturado alguns dias depois, mas por sorte ou sensibilidade do guarda que o prendeu, foi levado para a delegacia de polícia e não para o quartel onde seria, provavelmente, fuzilado. Segundo os relatos da



época<sup>52</sup> as ordens de Batista eram de executar dez prisioneiros para cada soldado que fora morto na ação. A repressão se deu de tal medida que a opinião pública passou a apoiar os insurrectos. É nesse momento que a figura de Castro toma dimensões nacionais e a cresce a pressão da sociedade sobre as autoridades, de forma que nos processos sobre o ataque a maioria dos envolvidos foi absolvida ou teve a pena abrandada.

Fidel, no entanto, teve seu julgamento em separado. Na verdade, a sessão aconteceu numa sala de enfermaria fechada na qual Castro fez sua própria defesa. Posteriormente, o texto foi publicado como livro, o famoso “A história me absolverá”, o qual tomou dimensões míticas, já que por falta de documentação sua veracidade não podia ser comprovada. Mesmo com a oratória e a eloquência que lhe era característica, o líder da insurreição foi condenado a 15 anos de prisão. Em seu período encarcerado, Fidel tem contatos com novas leituras e a partir delas, principalmente de Lenin, radicaliza suas posições políticas.

Do lado de fora a pressão sobre Batista recrudescia, e esse se vê obrigado a fazer concessões, estabelecendo novamente alguns direitos constitucionais e anistiando aqueles que ainda se encontravam presos. No mesmo sentido, também convoca novas eleições. Como de costume, o processo seria fraudulento e o ditador concorreria como único candidato. Fidel Castro, em sua nova postura mais radical, não é reintegrado às fileiras do Partido Ortodoxo, pois os dirigentes teriam se assustado com suas ideias. Inclusive por conta de “...um punhado de artigos de jornal inflamado de Castro, acusando o Comandante do quartel Moncada de tortura e assassinato...” e criticando fortemente Batista, “...logo trouxe de volta a censura, bem como as ameaças contra os velhos políticos e civis”<sup>53</sup>.

A situação instável em Cuba põe todos de prontidão. Fidel funda o Movimento 26 de julho (M-26-7), em homenagem ao assalto fracassado de 1953, e se exila no México para organizar um novo ataque. Sua permanência em Cuba era insustentável e, se ficasse, teria o mesmo fim que Guiteras nos anos 1930. É no México que conhece o médico Argentino Ernesto “Che” Guevara, que influenciaria a esquerda do mundo todo. Enquanto no México

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 176.

Castro e os seus planejavam um novo ataque, na ilha algumas tentativas de golpes falharam e a situação seguia extremamente delicada.

A estratégia para o ataque se mantinha: instaurar a guerrilha no campo e deixar que a insurreição tomasse proporções grandiosas a ponto de o ditador não conseguir mais se manter. Contudo, a tática dessa vez seria diferente, como detalha Richard Gott:

O plano era que uma pequena força estaria esperando por eles na praia deserta, e de lá partiriam em grupo, ilha adentro até Bayamo (sic) e Santiago. O desembarque fora programado para coincidir com um levante em Santiago, um novo ataque contra o quartel Moncada e o quartel-general da polícia. A ação distrairia as forças locais de Batista e permitiria aos homens de Castro chegar às montanhas sem resistências mais serias.<sup>54</sup>

O que os rebeldes não contavam era com os caprichos do clima que atrasou a travessia em dois dias, causando desencontro e dessincronizando os ataques. Para piorar, o desembarque já era aguardado e os guerrilheiros foram surpreendidos com metralha e bombardeios. Novamente escoraçados, os revolucionários fogem para as montanhas, ou seja, *Sierra Maestra*, de onde conduziram a guerra revolucionária que se tornaria vitoriosa em menos de dois anos.

Uma vez instalados na montanha, a tática agora era fazer pequenos ataques a alvos desprotegidos e ir ganhando adesão dos camponeses para engrossar as fileiras da guerrilha. Essa tática, já muito tradicional em Cuba, impulsionou uma resposta também bastante conhecida: tal qual os espanhóis nas guerras de independência, as forças de Batista evacuaram os entornos da região da guerrilha, concentrando os camponeses na cidade. Dessa forma, quem transitasse nessas zonas seriam alvejados ou bombardeados. Outra forma de repressão emprestada dos espanhóis foi a volta dos antigos *voluntários*, que faziam o papel da repressão nas cidades como esquadrões da morte.

Enquanto os rebeldes haviam se armado no México através de campanhas para arrecadar dinheiro e aumentaram seu arsenal atacando guarnições, Batista era equipado pelos Estados Unidos. Moniz Bandeira relata que Arthur Gardner, então embaixador em Cuba,

---

<sup>54</sup> Ibidem, p. 179.

Acompanhado por sua esposa, ele jogava canastra com Batista, várias vezes na semana, e presenteou-o com sete tanques, Sherman, em cerimônia pública, enquanto Fidel Castro, a quem só se referia como “agitador de massas”, comandava as guerrilhas a partir de Sierra Maestra. Estes, naturalmente, não foram os únicos armamentos que os Estados Unidos então forneceram à ditadura de Batista. Entre 1955 e 1957, foram entregues sete blindados, uma bateria de obuseiros leves para uso em montanhas, 4.000 foguetes, 40 metralhadoras pesadas, 3.000 fuzis semiautomáticos M-1, 15.000 granadas de mão, 5.000 morteiros e 100.000 balas calibre 50, de alta potência, para metralhadoras.<sup>55</sup>

Embora os EUA tentassem manter uma aparência de neutralidade frente ao conflito, era evidente para a população cubana o envolvimento do gigante imperialista. Afinal, as armas que reprimiam e os aviões utilizados eram todos americanos. Inclusive, “Estes aviões não pararam de se abastecer de combustível na base norte-americana de Guantánamo, nem de lançar as bombas fornecidas pelos Estados Unidos sobre as áreas onde as guerrilhas operavam”<sup>56</sup>. Dessa forma, o sentimento de aversão ao vizinho do Norte aumentava em todos os setores da sociedade, o que tornava cada vez mais crível a greve geral que, segundo os planos dos rebeldes, desestabilizaria fatalmente o governo.

Era claro que apenas os focos de guerrilha não seriam suficientes para derrubar a ditadura de Batista, de modo que os rebeldes também atacavam de outras formas. Agregavam novos guerrilheiros distribuindo aos camponeses terras de propriedades transnacionais, desativavam serviços vitais como energia elétrica e fornecimento de água e interrompiam linhas férreas. Nas cidades estava sendo organizada a greve geral, que além de parar a produção contaria com “...atividades anti-regime, incluindo sabotagens, assassinatos seletivos e eclosões de violência generalizada, as quais se desdobrariam numa insurreição urbana”<sup>57</sup>.

Nesse ínterim, o principal articulador entre a cidade e a serra, Frank País, foi assassinado, o que causou um grande furor em Santiago, onde ocorrera a execução. Outro desdobramento dessa morte foi um levante na Marinha, no qual os rebeldes conseguiram controlar a base naval de Cienfuegos, e parcialmente a cidade. Entretanto, não resistiram ao feroz

---

<sup>55</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 170.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 172.

<sup>57</sup> GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 187.

contra-ataque do governo, e os sobreviventes que não conseguiram escapar acabaram executados. Esses fatos atingiram fortemente o M-26-7, e precipitaram os planos da greve geral que ganhou uma data para acontecer. Segundo Gott, Fidel estava relutante em seguir com o plano:

Castro achou que não tinha escolha, exceto seguir adiante, apesar das advertências e da sua própria relutância. Ele e Pérez assinaram um manifesto, "Guerra Total Contra a Tirania", que conclamava à greve e declarava que a luta contra Batista entrara em sua "etapa final". O país "deve considerar-se em guerra total contra a tirania... toda a nação está determinada a ser livre ou morrer". A greve revolucionária, "secundada pela ação militar", seria o golpe final que derrubaria o governo.<sup>58</sup>

A greve começou em 9 de abril de 1958, porém, os trabalhadores despreparados foram dispersados pela polícia e pelo Exército. O que era para ser o passaporte para a vitória revolucionária se tornou fator moralizante para Batista. Nas ruas da cidade seguiam as arbitrariedades cometidas por seus homens, a ponto de até o novo embaixador dos Estados Unidos presenciar um desses atos e depois torná-lo público, como descreve Bandeira:

Em 31 de julho, alguns dias depois de apresentar suas credenciais, Smith visitou Santiago de Cuba e testemunhou a polícia espancar dezenas de mulheres que, vestidas de preto, aproveitaram sua presença na cidade para manifestar-se contra a ditadura e o assassinato de Frank Pais e Raúl Pujol, dirigentes do M-26-7 na Província de Oriente. Smith, interpelado pela imprensa, não teve alternativa senão censurar aquela cena de brutalidade, provocando fortes protestos do governo Batista, que o acusou de interferir nos assuntos internos de Cuba<sup>59</sup>

A despeito desse primeiro incidente, o novo embaixador estava totalmente alinhado ao governo Batista, o qual com o incentivo diplomático, decide lançar um ataque massivo sobre os guerrilheiros na serra. Nessa investida envia dez mil homens para o combate, os quais sitiavam a montanha e fazem ataques sucessivos e regulares aos rebeldes. Porém, os insurrectos conseguem resistir e, depois de dois meses, o ataque falha de tal forma que restava aos combatentes rebelados fazer seu movimento final. Descendo da serra, dividiram-se em regimentos, partindo para as principais cidades cortando Cuba ao meio. As manobras políticas dos EUA e de Batista falharam frente ao

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>59</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 171

fim inevitável da guerra civil, que acaba nas primeiras horas de 1959 com a renúncia de Fulgêncio Batista.

Em poucos dias Fidel Castro desfilaria pelas ruas de Havana com a multidão acompanhando sua passagem. Após tantas guerras e fracassos, golpes e repressões, chegara a vez de Cuba ser responsável por seu próprio destino, acabando com 448 anos de domínio e opressão estrangeiras.

## 2.9 UM BALANÇO HISTÓRICO

Como vimos no decorrer do capítulo, a violência sempre foi uma extensão da política em Cuba. Seja para dominar, manter o poder e reprimir ou para se levantar contra o domínio e a opressão, o uso da força se tornou um costume, uma tradição do povo cubano, a qual se arrastou desde os primeiros anos de colonização até a vitória da Revolução em 1959. Conferimos essa importância ao contexto histórico para familiarizar o leitor com a cultura política que esse país desenvolveu para solução de seus problemas políticos e sociais. Entendemos que para não ficarmos limitados ao mundo da aparência, devemos buscar a essência de cada fenômeno através de suas determinações históricas e materiais. Dessa forma evitamos cair em reducionismos que falseiam a natureza dos fenômenos.

Foram séculos de domínio espanhol na ilha, os quais deixaram marcas indeléveis em sua população e cultura, para quando enfim conseguida sua independência, ver a possibilidade da soberania nacional lhe ser tirada apenas para servir a uma nova forma de domínio. É de suma importância para o entendimento do processo que culminou na Revolução o entendimento de que desde o período colonial até o neocolonial, Cuba esteve sob constante domínio, e que a guerra civil revolucionária se apresentou como a única saída para a questão da soberania nacional. Cada guerra tem sua própria forma de execução, sua própria gramática, como escreve Clausewitz<sup>60</sup>. Mas não possui uma lógica própria; a lógica é a política, a guerra é subordinada à política e nunca autônoma. Em Cuba, a guerra se deu por conta de contradições irreconciliáveis entre os interesses de classe burgueses dos Estados Unidos,

---

<sup>60</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: Fundamentos da guerra revolucionária. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000. p.75.

sempre com o apoio submisso da burguesia cubana, e os interesses nacionalistas da classe trabalhadora cubana<sup>61</sup> (proletários, camponeses e setores da classe média).

A partir do momento em que Hatuey não se entrega aos espanhóis, se inaugura em Cuba um longo período de violência colonial e resistência violenta. A linguagem política da violência se estende por séculos através das insurreições, luta contra a escravidão e guerras de independência. Ao ter sua soberania roubada pela política imperialista estadunidense, Cuba se torna um Estado prenhe de revolução. Quando a correlação de forças e as condições históricas permitiram que a guerra revolucionária se instaurasse e triunfasse, a classe insurgente tomou o poder.

---

<sup>61</sup> FERNANDES, Florestan. **A Revolução Cubana**: Da guerrilha ao socialismo. I.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 80 et seq.

### 3 A JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA A PARTIR DO *REVOLUCIÓN*

#### 3.1 SURGIMENTO DO *REVOLUCIÓN* NA REVOLUÇÃO

O jornal *Revolución* foi criado de forma clandestina no ano de 1956, tendo a incumbência de ser o periódico oficial do Movimento 26 de Julho (M-26-7). A direção do jornal ficou a cargo de um militante da guerrilha chamado Carlos Franqui, que também mantinha uma rádio clandestina conhecida como *Rádio Rebelde*, a qual servia igualmente ao M-26-7. Nesse período, quem detinha a hegemonia da informação na ilha de Cuba era o governo ditatorial, que habilmente se utilizava dessa ferramenta para deturpar os eventos da guerra civil revolucionária. Dessa forma, segundo Favatto,

[...] tanto o *Revolución* quanto a *Rádio Rebelde* não só amplificaram como concederam cores e timbres às vozes revolucionárias [...] isoladas pelas densas e até então quase incomunicáveis matas da *Sierra Maestra*. Desprovido desses dois veículos, dificilmente seria possível ao M-26/7 estabelecer uma eficiente ponte de comunicação entre os rebeldes e os militantes das cidades, entre o foco guerrilheiro e o povo de Cuba e, por fim, entre a Revolução e o Mundo. Na mesmíssima proporção, a inexistência desses órgãos informativos, porquanto, também formativos da opinião pública cubana, conservaria precários os meios de mobilização dos atores históricos, em especial, a conquista de homens e mulheres, jovens e adultos, dispostos a engrossarem as fileiras combatentes do M-26/7 e, conseqüentemente, entregarem suas vidas à empreitada revolucionária.<sup>62</sup>

Assim, esses aparelhos ideológicos<sup>63</sup> não tinham apenas o objetivo de apresentar a visão do lado rebelde da guerra civil quebrando a hegemonia batistiana, como também tiveram êxito na tarefa de disseminar entre os cubanos a ideologia da Revolução, de tal forma que também cumpriu um papel de organizador dos trabalhadores que aderiam ao exército guerrilheiro ou às ações urbanas.

Nas primeiras horas de 1959 o ditador Fulgêncio Batista abandona a ilha: era o triunfo revolucionário. Isso fez com que o *Revolución* ganhasse um novo status através da intervenção de Franqui. O periódico, a partir de então,

<sup>62</sup> FAVATTO JR., Barthon. **Entre o doce e o Amargo**: Memórias de exilados cubanos Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante. 1. ed., São Paulo: Alameda, 2014, p. 93

<sup>63</sup> Para Althusser, aparelhos ideológicos de Estado são ferramentas utilizadas para garantir a legitimidade e estabilidade do capital, por isso deveria ser objeto de disputa na luta de classes. No caso da revolução cubana, seu fim não foi a perpetuação do capital, mas sim do novo Regime. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 1970. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/althusser/1970/06/aparelhos.htm>>. Acesso em: 06 out. 2019.

seria um instrumento do M-26-7 para se legitimar e se consolidar no poder. Desse modo, Carlos Franqui opta por deixar a rádio e passa a “trabalhar integralmente no *Revolución*”, porque para ele, um jornal “[...] é um bom veículo para lutas, e como “Fidel olhava a cultura com desdém<sup>64</sup>” teve que se tornar um “guerrilheiro cultural”<sup>65</sup>. Assim, já no segundo dia de janeiro, o jornal circulava livremente por Havana, tendo seu alcance limitado apenas pela alta taxa de analfabetismo – que só foi vencida nos anos subsequentes do governo revolucionário. Dessa forma, Franqui via no periódico uma ferramenta estratégica, não somente para a revolução, mas também para sua própria posição dentro do processo revolucionário:

Parecia-me que a única maneira de lutar, de exercer influência, era através do jornal. Estar a distância e ainda assim ficar por dentro. Eu sabia que o jornal seria o veículo para acompanhar o desenvolvimento do fenômeno Fidel, que era um verdadeiro fenômeno de popularidade, porque ele era a revolução. [...] Queria manter o povo informado porque tudo dependia do povo.<sup>66</sup>

Com o *Revolución*, Franqui queria um jornal original que fosse totalmente cubano e remetesse também ao M-26-7. É notável que embora esse periódico servisse de amparo, e mesmo de legitimador ao governo revolucionário, era um órgão oficial do Movimento 26 de Julho e não do governo. Até por isso, com o passar dos dias surgiram contradições entre as duas partes, contradições essas que levaram ao fechamento do jornal já na década de 1960. Franqui ilustra bem esse processo:

Comecei a pensar em um tipo diferente de jornal. Uma página frontal com grandes fotos e títulos – manchetes. Seria chamativo, causaria impacto e seria cubano. Eu queria combinar o cartaz moderno e os grandes cartazes que as pessoas carregavam em nossos feriados. Nossas cores seriam as libertárias vermelha e preta do Movimento 26 de Julho, o que era lógico, pois o *Revolución* era a publicação oficial do movimento. [...] O *Revolución* foi uma agradável surpresa para todos. Começou a informar, engajar-se em polêmicas, instigar o pensamento e criticar. A Cuba oficial se manteve em silêncio. Che [Guevara] e Camilo [Cienfuegos] nos visitaram uma vez ou outra, mas Fidel manteve distância. Os antigos grupos clandestinos haviam encontrado seu lugar. As revistas oficiais e os órgãos dos partidos eram estéreis, não eram lidos. E se o *Revolución* não era porta-voz

---

<sup>64</sup> Essa opinião é defendida por Franqui e foi mantida para não haver um problema de descontinuidade no texto. Não defendemos ou concordamos com essa opinião.

<sup>65</sup> FRANQUI, Carlos. **Retrato de Família com Fidel**. Tradução de Fábio Fernandes da Silva. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981, p. 29

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 34



de nenhuma ideologia, era e se tornou o jornal da revolução. Isso constituía um desafio.<sup>67</sup>

Segundo a historiadora Silvia Miskulin, o jornal *Revolución* tinha uma circulação de 200 mil exemplares<sup>68</sup>, fazendo dele o mais popular na ilha, o que lhe conferia um papel tático importante na formação ideológica cubana. Também era impresso diariamente, variando, geralmente, entre 15 e 30 páginas (algumas edições chegavam a 40, mas não era comum). Mesmo que Franqui escrevesse em suas memórias que “não era porta-voz de nenhuma ideologia”, era claro que o periódico respondia necessariamente aos interesses do M-26-7. Se não há neutralidade possível em nenhuma espécie de publicação jornalística, é obvio que não seria diferente com o *Revolución*, que reproduzia a ideologia desse Movimento. Mas daí nasce uma questão problemática que é do nosso interesse esclarecer: Qual era a ideologia do Movimento 26 de julho a qual o *Revolución* se reportava?

O Movimento 26 de Julho foi fundado com o intuito de derrubar o governo Batista. Recebeu esse nome em 1955 em homenagem aos mortos do ataque ao Quartel Moncada no ano de 1953. A essa altura o grupo poderia ser definido mais como restaurador do que revolucionário, porque seu objetivo no ato de formação era trazer de volta à normalidade constitucional, baseada no texto da constituição de 1940, rompida pelo golpe de 1952. Nessa fase nascente, ainda não tinha o Movimento uma coesão entre as partes nem uma profundidade em sua formação ideológica. Essa característica que vai acompanhar o M-26-7 durante o processo é bem descrito por Saddi, ao mostrar que

Três elementos nos parecem importantes para compreendermos o perfil ideológico do M26-J: a existência de uma diversidade ideológica no interior deste movimento, a inexistência de um programa ideológico profundo e coeso, e a redução das linhas gerais do movimento a uma concepção nacional, democrática e reformista.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 34-35

<sup>68</sup> MISKULIN, Silvia Cezar. Cultura e política na Revolução Cubana: a importância de Lunes de Revolución. Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC, São Paulo, 10, 1998, p.2

<sup>69</sup> SADDI, Rafael. A expropriação do professor: A REVOLUÇÃO CUBANA E O PERFIL IDEOLÓGICO DO MOVIMENTO 26 DE JULHO. Revista Brasileira do Caribe, São Luís, p. 121-134, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159154124009>>. Acesso em: 18 set. 2019, p. 3

Dessa forma, podemos afirmar que desde sua formação o M-26-7 não se caracterizava por uma homogeneidade ideológica. Por agrupar vários quadros distintos, comuns apenas em seu objetivo, numa só organização, havia no Movimento pequenas e grandes contradições. Por isso não se podia definir seu horizonte ideológico de forma estrita sem cometer alguma arbitrariedade. Porém, obviamente, havia uma unidade de propósitos que fazia o M-26-7 ser um grupo relativamente coeso. É possível afirmar que nesse momento o que orientava a ideologia de todo o Movimento era o nacionalismo e o anti-imperialismo.

Em 1956, quando os guerrilheiros se instalam na serra e passam a executar a tática de guerrilha, estabelece-se a principal contradição dentro do Movimento: a partir daquele instante haveria duas divisões mais bem demarcadas, aquela que representava o exército rebelde na *Sierra*, e a outra que operava na cidade, chamada de *Llano*. Enquanto os membros do exército estavam sob maior influência do comunismo, na cidade o que predominava era um socialismo humanista que eles denominavam como socialismo cubano – Este setor, além da crítica aos Estados Unidos, também se posicionava contra a política externa empregada pela União Soviética.

Outra diferença determinante entre os dois braços do Movimento dizia respeito à tática relacionada à ação política: enquanto na *Sierra* se defendia a insurreição armada, os que lutavam no *Llano* tinham preferência pela greve geral como forma de alcançar a ruptura revolucionária.<sup>70</sup> Como mostrado no primeiro capítulo, as duas táticas foram utilizadas durante o período de guerra civil da revolução. A guerrilha em *Sierra Maestra* se mostrou um gigantesco sucesso de popularidade entre os cubanos, o que fez pender para ela a correlação de forças dentro do M-26-7, fazendo assim sua linha ser a hegemônica.

Ainda que a luta armada na *Sierra* passasse a prevalecer e ser realmente a cara da revolução, dentro dela tampouco havia unidade. Dali que saíam os principais nomes do futuro regime, como Fidel Castro, Ernesto Guevara, Camilo Cienfuegos, Raúl Castro e também o diretor do *Revolución*, Carlos Franqui. Mesmo Entre Raúl e Guevara, ambos comunistas, não havia

---

<sup>70</sup> Ibidem p. 2

entendimento comum da política, pois suas interpretações da realidade eram substancialmente diversas. Dentro desse grupo se identificava tanto o comunismo, entre os citados, e também o socialismo humanista, defendido especialmente por Franqui.<sup>71</sup>

Não é à toa que após triunfo da revolução essas contradições seguiram. Como afirma Favatto, “[...] a própria revolução não detinha ou defendia um escopo ideológico homogêneo e sistematizado, bem delimitado e unânime entre todos os setores que a apoiaram ou grupos que dela participaram”.<sup>72</sup> Assim, como Franqui ficou como responsável pelo *Revolución*, carregou consigo suas convicções ideológicas e passou a defendê-las no jornal. Um editorial publicado no *Lunes de Revolución*<sup>73</sup> do dia 6 de abril de 1959 revela a posição defendida por Franqui dentro do Movimento 26 de Julho

Não somos comunistas. Ninguém: nem a Revolução, nem ‘Revolución’, nem ‘Lunes de Revolución’. (...) Mas nós, de ‘Lunes de Revolución’, hoje queremos dizer, simplesmente, que não somos comunistas. Para poder dizer também que não somos anticomunistas. Somos, isso sim, intelectuais, artistas, escritores de esquerda – tão de esquerda que às vezes vemos o comunismo passar ao lado e situar-se à nossa direita em muitas questões de arte e literatura.<sup>74</sup>

Não só nesse editorial, como em diversas páginas espalhadas entre as notícias cotidianas do jornal, Franqui sempre inseria notas e reportagens que deixavam claro seu distanciamento do comunismo, num evidente esforço para desvincular da Revolução o estigma de comunista. Vale dizer, os opositores do governo revolucionário geralmente usavam desse argumento para tentar desgastar a imagem do novo regime. Nem mesmo em socialismo se falava no periódico, que explorava profundamente, isso sim, símbolos nacionais históricos e a defesa da soberania nacional: o patriotismo era a arma discursiva mais eficaz encontrada por esses homens que pensavam no desenvolvimento ideológico do governo revolucionário, parte fundamental da legitimação e coesão do novo regime.

Por fim, também fazia parte do escopo do jornal, principalmente nos primeiros meses após o triunfo dos rebeldes, denunciar os crimes cometidos

<sup>71</sup> Aqui citamos apenas os principais nomes, mas outros membros importantes da revolução estavam também inseridos nessa heterogeneidade ideológica. Entre eles os nacionalistas democráticos como Huber Matos, Felipe Pazos e Mario Llerena; e os socialistas humanistas da linha de Franqui como Frank País e René Ramos Latour.

<sup>72</sup> FAVATTO JR., Barthón. **Entre o doce e o Amargo**: Memórias de exilados cubanos Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante. 1. ed., São Paulo: Alameda, 2014, p. 113-114

<sup>73</sup> Suplemento cultural do jornal *Revolución* publicado às segundas-feiras.

<sup>74</sup> Editorial *Lunes de Revolución* apud MISKULIN, Silvia Cezar. Cultura e política na Revolução Cubana: a importância de *Lunes de Revolución*. Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC, São Paulo, 10, p, 1998, p. 78

pela ditadura de Batista. Não são poucas as páginas direcionadas a noticiar a descoberta de cemitérios clandestinos ou casamatas onde ocorriam as torturas. O *Revolución* não poupava o leitor das fotos extremamente chocantes dessas descobertas que expunham cadáveres mutilados ou em avançada fase de decomposição. Punir os envolvidos com a tortura e assassinatos fazia parte do Pacto de Caracas<sup>75</sup>, que firmou a unidade entre as forças revolucionárias, e sem dúvida essas exposições causavam impacto na opinião pública. Esse era um tema muito sensível, uma vez que os casos de tortura e assassinatos não eram incomuns, e o próprio Franqui acabou sendo vítima de tortura na fase clandestina do *Revolución*.

### 3.2 IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA

Já faz algum tempo que os periódicos e outros documentos de origem midiática são considerados aptos a se tornar fonte dos estudos historiográficos. O periódico passou a ser uma ferramenta no ofício historiador, e como esse trabalho se constitui nos primeiros passos para o exercício de tal ofício, achamos necessário deixar algumas palavras sobre essa particularidade da fonte periódica. Ainda que a princípio o uso dos periódicos tenha sido tímido, com o desenvolvimento da ciência histórica os pesquisadores foram criando mais intimidade com essa forma de pesquisar e aprimorando o saber-fazer com essas características. Atualmente, já se observa esse tipo de fonte com olhares que ultrapassam a solidez da aparência estática de uma impressão e passa-se a desbravar as características subjetivas que compõem a criação e a publicação de um jornal ou revista.

Um erro que pode ser comum ao se tratar da fonte periódica é tomá-la como se o que foi impresso tivesse o valor de verdade em si. Dessa forma, ao observar a fonte pode-se cair no erro de “comprar” a versão reproduzida pelo periódico sem levar em conta uma série de fatores que fazem parte da produção de um conteúdo jornalístico. Não à toa dedicamos algumas páginas desse trabalho para entender a ideologia do jornal pesquisado: ao analisar a

---

<sup>75</sup> Pacto firmado em 1958 entre diversos grupos revolucionários que tinha como objetivo unificar a luta pela derrubada de Batista. TEIXEIRA apud FAVATTO JR., Barthon. **Entre o doce e o Amargo**: Memórias de exilados cubanos Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante. 1. ed., São Paulo: Alameda, 2014, p. 114

fonte impressa, notamos que todas as características carregam em si elementos da história a ser construída e contada. Nos importa saber, então, quem produzia, como produzia e porque produzia determinado conteúdo. É dessa forma que é possível entender qual o objetivo do periódico ao decidir por essa ou aquela abordagem com relação ao assunto veiculado. Essa é uma característica comum a praticamente todos os veículos midiáticos, principalmente aqueles do campo da política, e no caso do jornal *Revolución* não é diferente.

Vale ressaltar também que aqueles que escreviam e publicavam no *Revolución* eram cubanos, inseridos na realidade cubana e carregavam todos os elementos da formação histórica da ilha do início até a metade do século XX. Assim sendo, ao buscar entender as questões levantadas pela pesquisa, é preciso levar em conta todo esse contexto que influiu fatalmente na produção de conteúdo desse periódico. Aqui, vale a ponderação das historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosaria da Cunha Peixoto:

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. [...] não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito freqüentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.<sup>76</sup>

Desse modo, não é trivial trazer para análise fatores que vão para além da palavra escrita. Não só por não se tratar de verdade absoluta o que é escrito no jornal, mas também porque escolhas de cunho ideológico se manifestam também em outras formas dentro da publicação. Portanto, é interessante avaliar qual o destaque dado pelo periódico para o objeto dessa pesquisa: era matéria de capa ou aparecia casualmente entre as páginas? Consumia muito espaço ou eram ilustradas com fotografias? Esses são exemplos de questões que devem ser levantados e estudados para que haja um resultado satisfatório.

---

<sup>76</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 01 ago. 2019. P, 258-259

### 3.3 O REVOLUCIÓN OPINA

Os primeiros guerrilheiros barbudos a chegarem em Havana foram Ernesto “Che” Guevara e Camilo Cienfuegos. Antes de nascer o Sol do dia primeiro de janeiro de 1959, eles adentravam a cidade enquanto Batista fugia para a República Dominicana, então governada por seu amigo General Trujillo. Fidel Castro só chegou à capital cubana no dia 8 de janeiro num grande desfile liderado por ele, exibindo-se em um tanque capturado. Os julgamentos dos criminosos de guerra, como os acusadores os chamavam, começaram logo após isso. A popularidade de Fidel era quase absoluta, e o mesmo usava sua proeminência para tocar em assuntos pertinentes à revolução, e o tribunal revolucionário era um deles.

Segundo Franqui, uma “[...] pesquisa nacional, feita confidencialmente, indicou que 93% dos entrevistados concordavam com as sentenças e as execuções”. Ele revela isso num livro escrito já no exílio com qual queria desmistificar a figura de Fidel Castro, por isso não acreditamos que essa informação seja falsa. Sabendo disso, Castro levava o assunto aos sequiosos cubanos em praça pública quando perguntava à multidão se os “criminosos de guerra” deveriam ser fuzilados, só para ouvir a esperada resposta: “ponham eles contra a parede”, ou ainda um unísono “sim”<sup>77</sup>. Dessa forma, Fidel demonstrava ao governo recém-formado como ele próprio decidiria os assuntos que considerava essenciais, num método que ele batizou de “democracia direta”. Como aponta Anderson,

Fidel começou a discursar perante grandes multidões, num exercício enganoso que ele denominou de “democracia direta”. Era uma espécie de referendo espontâneo da política revolucionária, no qual ele sondava a multidão, tal como fizera em seu primeiro discurso no Campo Columbia. Utilizando sua autoridade popular de homem forte incontestado da revolução, Fidel empregava esses foros para testar, moldar e radicalizar o espírito do povo e, em última análise, pressionar o governo. Repetia sem parar que era o dever do governo obedecer “a vontade do povo”, porque a luta da revolução tinha sido travada “pelo povo”.<sup>78</sup>

Sendo os julgamentos não apenas apoiados pelos cubanos, mas inclusive uma reivindicação popular, os jornais locais passaram a explorar o

<sup>77</sup> FRANQUI, Carlos. **Retrato de Família com Fidel**. Tradução de Fábio Fernandes da Silva. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981. p. 36

<sup>78</sup> ANDERSON, Jon Lee. **Che: Uma biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p. 448

assunto, e o *Revolución* também assim o fez. Ainda que Cuba houvesse reinstaurado a constituição de 1940, em termos legais os julgamentos não eram aparados por ela. Para se referir aos acusados e condenados pelos tribunais revolucionários, o jornal sempre utilizava a expressão “criminosos de guerra”, mas em momento algum tipifica o que se consideravam crimes de guerra ou baseados em qual código, acordo ou constituição sustentavam essa conceituação.

O que notamos no exame das publicações é que os crimes atribuídos aos réus são sempre o de assassinato, tortura e sequestro. Em poucos casos também anunciavam a execução de pessoas que trabalharam como informantes. Logo no primeiro mês de governo revolucionário já aparecem as primeiras menções aos tribunais e às execuções. Durante esse ciclo mensal, o jornal fez intensa campanha favorável à pena de morte para os criminosos, produzindo editoriais, entrevistas e artigos apoiando e reivindicando que os culpados fossem fuzilados. A primeira manchete marcando um posicionamento sobre o assunto foi publicada em 11 de janeiro sob o título “*Que no se detenga la justicia ejemplar*”. Esse artigo, como muitos outros, não foi assinado por nenhum jornalista, ocupou um pequeno espaço na capa e teve sua maior parte impressa na página 11 da edição. Essa publicação faz uma crítica a quem era contra às execuções, inclusive dizendo ser suspeita essa atitude. Como podemos ver,

A doce días apenas del establecimiento del gobierno Revolucionario y del restablecimiento de la Ley, comienzan ya a alzarse voces disonantes pidiendo cierta sospechosa misericordia para los acusados de cientos de crímenes repugnantes contra la integridad de la persona, comienzan ya a purgar sus delitos frente al ejemplar pelotón del fusilamiento. No somos espíritus morbosos sedientos de sangre y de castigo. En la guerra, frente al adversario que no perdonaba, fuimos generosos. En esa generosidad estribó nuestra fuerza y parte de nuestro triunfo. El pueblo antaño indefenso contra las brutalidades del régimen de Batista necesita de la justicia ejemplar para su futura tranquilidad... Para los que sobre sus conciencias abotargadas pesan miles de crímenes inenarrables. Para los que suponían eterna su tiranía sobre todo lo que alentaba sobre los suelos de la Patria.[...] Para los que recorrieron toda la gama del delito y no dejaron ofensa inédita ni dolor sin causar. Para esos no puede haber misericordia, sino justicia ejemplar.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> A doce dias apenas do estabelecimento do governo Revolucionário e do restabelecimento da lei, começam já a alçar-se vozes dissonantes pedindo certa misericórdia suspeita para os acusados de centenas de crimes repugnantes contra a integridade da pessoa, começam já a purgar seus delitos frente ao exemplar pelotão de fuzilamento. Não somos espíritos mórbidos sedentos de sangue e castigo. Na guerra, frente ao adversário que não perdoava, fomos

Também sem nenhuma autoria individual, dois dias depois o jornal publica na quarta página um novo artigo com o mesmo assunto e abordagem sob o título “*contra el perdón*”. Reproduzimos um trecho abaixo:

Caliente aún la sangre de los sacrificados[sic]. Inextinto el grito de agonía de las víctimas. Húmedas las mejillas que la impotencia bañó en lágrimas; surgen ya las voces de falsete de los miserables, de los pequeños, que tras la socorrida máscara de la misericordia, claman porque se cometa el peor crimen que contra el país pudiera cometerse en esta hora del triunfo: ¡El Perdón!<sup>80</sup>

Após esse trecho, o autor – ou autores – faz um apanhado histórico de todos os golpes e ingerência estrangeira em Cuba desde as guerras de independência, argumentando que seus culpados nunca foram devidamente punidos, e por isso esses crimes voltavam a acontecer. Por isso era preciso “conjurar el mal; arrancarlo de raíz”<sup>81</sup>, numa ação em busca de garantir a manutenção do governo revolucionário. Dessa forma, o que notamos ao ler essas matérias do jornal, é não somente seu apoio irrestrito à execução dos “culpados”; percebemos nessas linhas que além da punição pessoal a um criminoso, os artigos buscavam expor que as “execuções exemplares” tinham uma razão de Estado, de defesa da sociedade cubana contra seus inimigos. Também é notório o esforço feito pelos editores do *Revolución* para colar à imagem das execuções o estigma de uma punição exemplar, de modo que tanto por uma razão de segurança nacional, quanto por uma punição exemplar para evitar que tais crimes se repetissem, fortaleciam o argumento a favor da pena máxima nos tribunais revolucionários.

Levando em conta que, segundo a pesquisa mencionada por Franqui, 93% dos cubanos eram a favor da pena de morte para os “criminosos de guerra”, nesses termos não é razoável pensar que o jornal reproduzia essa

---

generosos. Nessa generosidade estava nossa força e parte do nosso triunfo. O povo uma vez indefeso contra as brutalidades do regime de Batista necessita da justiça exemplar para sua futura tranquilidade.... Para os que sobre suas consciências cheias pesam milhares de crimes inenarráveis. Para os que imaginavam eterna sua tirania sobre tudo o que alentava sobre os solos da pátria. [...] Para os que passaram por toda a gama de delito e não deixaram ofensa inédita nem dor sem causar, para esses não pode haver misericórdia, senão justiça exemplar. Que no se detenga la justicia ejemplar. **Revolución**, Havana, p. 1 e 11, 13 de jan. 1959.

<sup>80</sup> Quente ainda o sangue dos sacrificados. Inextinto o grito de agonia das vítimas, molhadas as faces que a impotência banhou em lágrimas; surgem já as vozes de falsete dos miseráveis, dos pequenos, que por trás da máscara da misericórdia, clamam para que se cometa o pior crime pudera cometer-se que contra o país nesta hora do triunfo: O perdão! **Revolución**, Havana, p. 4, 15 de jan. 1959.

<sup>81</sup> Conjurar o mal; arrancá-lo pela raiz. **Revolución**, Havana, p. 4, 15 de jan. 1959



visão simplesmente para manipular/formar a opinião pública. Pensando na construção ideológica do *Revolución* como um aparelho midiático do M-26-7 que buscava legitimar o governo revolucionário, seria mais preciso cogitar que, além dessa ser realmente a opinião dos editores do periódico, tal abordagem tinha como fim uma infiltração na classe trabalhadora cubana. Sendo assim, o *Revolución* não buscava influenciar os cubanos em favor de uma pauta própria, mas sim se utilizar de uma reivindicação popular para consumir sua popularidade e criar uma conexão entre o governo revolucionário e a sociedade cubana.

É razoável pensar que a execução dos considerados culpados por “crimes de guerra” era de fato a opinião dos editores do *Revolución*. Pelo menos do principal deles, Carlos Franqui. Esse, mesmo no exílio, continuava a achar justo que os referidos “criminosos” fossem fuzilados, embora no momento que escreveu seu livro fosse contra a execução da pena por achar injusto com quem puxava o gatilho. Como Franqui explica,

Os Crimes e as torturas cometidos pelo regime de Batista foram inumeráveis. Mas incluíam a experiência da revolução frustrada de 1930, que traumatizou a nação. Os criminosos do regime de Machado nunca foram levados a julgamento: eles ainda matavam pessoas, com Batista de 1934 a 1939, e novamente com Batista, de 1952 a 1958.... A cada dia alguém descobria um novo cemitério clandestino. O sangue dos que foram assassinados parecia correr novamente em cada canto de Cuba.... Eu vivera os assassinatos e as torturas dos meus camaradas e amigos. Eu tinha sido torturado. Não sentia ódio e não queria vingança. Simplesmente achava que menos vidas seriam perdidas, no fim das contas, se pudéssemos apenas executar os assassinos e terminar com isso.<sup>82</sup>

Esse trecho, além de demonstrar a opinião pessoal de Franqui, vem ao encontro dos argumentos que utilizávamos sobre as posições do jornal e da população cubana favoráveis às execuções. Mas para além de tudo que já foi dito, acreditamos que há ainda mais um motivo para a execução dos homens de Batista naquele contexto. Entendemos que ao Estado é dado o direito ao monopólio da violência nas formações políticas modernas. Uma revolução se desenvolve por meio de uma guerra civil, essa se difere do conceito de guerra comum por não ser uma disputa entre duas unidades políticas, e sim um confronto dentro de uma unidade política cuja pluralidade chegou a um ponto

---

<sup>82</sup> FRANQUI, Carlos. **Retrato de Família com Fidel**. Tradução de Fábio Fernandes da Silva. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981, p. 35-36

extremo. Num processo revolucionário o monopólio da violência é contestado e desafiado pelo lado rebelde, e assim ocorreu em Cuba. Após o fim da guerra civil, o lado vencedor assumiu o monopólio da violência buscando a estabilização política. Nisso reside a necessidade por parte dos revolucionários de eliminar aqueles que poderiam desafiar o referido monopólio, afinal mesmo um regime revolucionário se institucionaliza como um Estado.<sup>83</sup>

Ademais, o jornal não publicava apenas as opiniões de seus editores, dando espaço também para pessoas e organizações se manifestarem sobre o assunto. Claro que por ser uma ferramenta de propaganda, essas opiniões sempre reproduziam as diretrizes que o jornal já aplicava desde os primeiros julgamentos. Assim, encontramos em suas páginas apoio dos mais diversos grupos, como a *Unidad Femenina Revolucionaria*, a qual se pronunciou a favor da justiça revolucionária contra aqueles que “encheram de luto milhares de cubanos”<sup>84</sup>; a *Asociación Nacional de Caficultores*, cujos membros denunciavam ter sofrido na carne bombardeios e assassinatos em massa e por isso pediam que os culpados fossem julgados e fuzilados<sup>85</sup>, e Charles O. Porter, um congressista democrata do estado de Oregon nos Estados Unidos, que declarou considerar justos os julgamentos após presenciar um deles<sup>86</sup>.

Também foi reproduzido no *Revolución* a íntegra de um editorial do jornal norte-americano *Atlanta Constitution*, em que se afirma serem hipócritas os protestos realizados nos Estados Unidos contra os julgamentos, visto que durante o regime Batista, mesmo com abundante documentação, não se viam tais protestos contra as torturas e assassinatos cometidos, lembrando ainda que mais de 20 mil cubanos foram vítimas desses métodos<sup>87</sup>. Sobre esse número de pessoas, o *Revolución* já o havia mencionado, mas possivelmente essa cifra seja exagerada. Moniz Bandeira comenta o seguinte sobre o caso:

De qualquer modo, se bem que algum exagero pudesse existir naquele número, o fato é que, realmente, centenas ou milhares de opositores sofreram toda espécie de violência por parte da polícia de Batista, sendo comum o costume de torturar, castrar a vítima e, após dar o tiro de misericórdia, incendiar o corpo e jogá-lo no mar ou

---

<sup>83</sup> Essas deliberações são uma síntese dos conceitos elaborados por Héctor Luis Saint-Pierre contextualizados para o caso cubano. SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000, p.34

<sup>84</sup> *Revolución*, Havana, p. 3, 20 de jan. 1959

<sup>85</sup> *Revolución*, Havana, p. 7, 22 de jan. 1959

<sup>86</sup> *Revolución*, Havana, p. 1, 24 de jan. 1959

<sup>87</sup> *Revolución*, Havana, p. 4, 24 de jan. 1959

enterrá-lo em terreno baldio, para que não fosse identificado. Não foram raros os casos de fuzilamento em massa.<sup>88</sup>

Não pararam por aí as reproduções de outros veículos de imprensa que ganharam espaços em suas páginas: os alunos de jornalismo da *Universidad de Villanueva* também manifestaram seu apoio às execuções<sup>89</sup>; da mesma forma, professores e alunos da *Universidad Central de Venezuela* que fizeram uma excursão à ilha caribenha se manifestaram dizendo que davam todo apoio moral e, se preciso, também material, para que aconteça a justiça revolucionária<sup>90</sup>. No mesmo sentido, encontra-se uma afirmação “dos advogados” – membros do Colégio Nacional de Advogados – de que os julgamentos respeitavam as normas legais<sup>91</sup>. Para além desses relatos, um deles nos chamou a atenção em especial: no dia 16 de janeiro de 1959, o jornal publica uma pequena entrevista com pastores da Igreja Batista de Plant City, Flórida, na qual os reverendos H. E. Dowkins e B.B. Chesteine expressam sua opinião sobre os julgamentos:

Nos solidarizamos con la ejemplar justicia que están haciendo los intachables Tribunales Revolucionarios y exigimos que se continúe aplicando en la misma forma a todos los esbirros que sumieron a Cuba en Tanto Dolor. Asimismo rechazamos cualquier propaganda que la prensa extranjera pretenda hacer, para confundir a la opinión pública mundial y damos fe, de que en las distintas visitas que hemos hecho a Cuba, nunca hemos visto tanto orden, tanta alegría tanta libertad y tanta fe en los altos destinos nacionales[...]<sup>92</sup>

Não chega a ser novidade na história religiosos opinarem a favor de execuções ou penas de morte. Porém, a falta de um componente religioso na temática comentada pelos reverendos, seja para legitimar os deslegitimar as sentenças, nos parece um diferencial do que se costumava ver, ainda mais se tratando de um processo revolucionário, pois historicamente a religião é ligada à posições conservadoras no que diz respeito à política. O jornal não parece ter

---

<sup>88</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 202

<sup>89</sup> **Revolución**, Havana, p. 6, 24 de jan. 1959

<sup>90</sup> **Revolución**, Havana, p. 11, 13 de fev. 1959

<sup>91</sup> **Revolución**, Havana, p. 1, 14 de mar. 1959

<sup>92</sup> Nos solidarizamos com a exemplar justiça que estão fazendo os irrepreensíveis tribunais revolucionários e exigimos que se continue aplicando na mesma forma a todos os capangas que afundaram Cuba em tanta dor. Assim mesmo rechaçamos qualquer propaganda que a imprensa estrangeira pretende fazer, para confundir a opinião pública mundial e damos fé, de que nas diferentes visitas que fizemos a Cuba, nunca havíamos visto tanta ordem, tanta alegria, tanta liberdade e tanta fé nos altos destinos nacionais. **Revolución**, Havana, p. 1 e 14, 16 de jan. 1959

publicado essa entrevista com a intenção de convencer alguma parcela da população contrária aos fuzilamentos por motivos religiosos, visto que a maioria dos cubanos era católica ou praticava a *santería*. Essa visita dos pastores aconteceu bem no início do novo regime, e o mais provável é que realmente tenham se contagiado com a aspiração popular pela justiça e com a ascensão do novo governo.

É notório que nos primeiros dias de governo revolucionário o jornal dedicou várias páginas a editoriais, entrevistas e artigos opinativos a respeito das execuções e dos tribunais, sempre afirmando que os “fuzilamentos evitarão mais sangue”, que os julgamentos são justos ou condenando o que chamavam de falsa piedade. Porém, se em janeiro os textos opinativos apareciam quase diariamente, eles vão sistematicamente diminuindo durante os meses seguintes até que já em maio não aparecem mais. Pela análise de nossa fonte, não é possível afirmar que essa diminuição ocorre pelo fato dos tribunais estarem sendo desativados; ao contrário, acreditamos que devido às circunstâncias políticas as quais envolvem questões delicadas como tribunais revolucionários e penas de morte, que o *Revolución* deixa de publicar esse tipo de temática em razão do impacto que os fuzilamentos acarretavam na imagem interna e externa da revolução, assunto que trabalhamos mais adiante.

Nesse ínterim, não só as opiniões vão deixando de aparecer, como também vão escasseando os informes factuais sobre os fuzilamentos e julgamentos. Esses só voltam a aparecer em casos específicos de eventos ocorridos após a vitória dos revolucionários, e não mais como uma “punição exemplar” para os “criminosos de guerra” do regime de Batista.

### 3.4 OS JULGAMENTOS

O triunfo da revolução significava, em termos legais, a volta da constituição de 1940 – o que foi confirmado pelo recém empossado presidente, Manuel Urrutia, ainda nos primeiros dias de janeiro. Era um momento de consolidação do regime revolucionário, e talvez por isso Fidel Castro tenha optado pela cautela e não se atribuído nenhum cargo tão proeminente. Havia resguardado sua posição de comandante militar supremo. Porém, de fato era

ele quem ditava os rumos que a revolução deveria seguir, e fazia isso através do método que já citamos<sup>93</sup>.

Dessa forma, os julgamentos dos “criminosos de guerra” não seguiam a letra da constituição que formalmente vigorava na ilha caribenha. O *Revolución*, como já mostramos, deixava claro que esses julgamentos eram, antes de tudo, uma reivindicação popular. Encontramos respaldo para acreditar que o jornal não fabricou essa afirmação tanto no livro de Franqui, escrito no exílio, como na obra de Jon Lee Anderson, que assumem a mesma posição. Esse anseio do povo cubano por um justicamento dos responsáveis pelas “torturas, perseguições e assassinatos” da ditadura de Batista, não é de modo algum um comportamento inédito se pensarmos no que aconteceu após o triunfo de outras revoluções. Basta recordarmos o caso da Revolução Francesa, da Revolução Russa e também da Chinesa e Mexicana. O caso aqui não é, de forma alguma, fazer um juízo moral sobre tais métodos, nossa intenção é apresentar a hipótese de que há um motivo para que a justiça revolucionária seja tão pungente. Nesse caso, não estamos endossando nem condenando essas ações, mas sim buscando situar historicamente o que foram esses eventos.

No primeiro capítulo desse trabalho traçamos um longo panorama de violência, o qual marcou a política cubana até o triunfo da Revolução. Em toda essa história, o lado derrotado sempre sofreu retaliações terríveis, que tinham o objetivo não só de punir os envolvidos como também de dissuadir futuras manifestações. No caso da justiça revolucionária pós 1959, ainda estava presente na população da ilha não apenas as marcas deixadas pela razia da ditadura de Batista, que atingiram direta ou indiretamente grande parte dos cubanos, mas também feridas ainda abertas da ditadura de Machado, na qual assassinatos e torturas eram comuns, e os culpados das violações praticamente nunca condenados.

Essa não é uma história tão particular de Cuba, pois em outros países que viveram processos revolucionários práticas similares foram a norma. Por isso, levantamos a hipótese de que essa resposta popular, invariavelmente violenta, é a busca por uma justiça que sempre lhes foi negada e que agora

---

<sup>93</sup> Referimo-nos aqui ao trecho que se encontra no tópico “O *Revolución* opina”, na página 44.

estava ao alcance de suas mãos. Para a maioria dos cubanos envolvidos nesses julgamentos, essa era a primeira oportunidade de buscar justiça contra aqueles que foram parte da máquina de opressão de Batista, mas também de todo um histórico de crimes anteriores nunca julgados ou punidos. Isso, pelo que entendemos, não se aplica apenas ao caso cubano, mas é comum a todas as ocasiões em que a justiça revolucionária se mostrou implacável. Para ilustrar essa passagem trazemos novamente o testemunho de Franqui:

[...] não havia histeria coletiva [dos cubanos]: em vez disso, havia um desejo coletivo de justiça. O que aconteceu poderia ser comparado com os julgamentos de crimes de guerra nazistas após a Segunda Guerra Mundial. Não estou dizendo que Batista fosse outro Hitler, mas asseguraria que seus crimes e torturas, tenham sido eles aos milhares ou aos milhões, criariam o mesmo sentimento de repulsa, a mesma necessidade de justiça, em qualquer época ou lugar na terra. O espírito nacional cubano, normalmente calmo, assim permaneceu em face de todo esse derramamento de sangue redescoberto, e exigiu justiça.<sup>94</sup>

No que diz respeito ao espírito “normalmente calmo” do cubano, não cabe a nós tecer comentários. Mas para além disso, a revolução nesse momento ainda não havia se institucionalizado e assim não seguia as normas jurídicas de um Estado de direito. Por sua própria natureza, o processo revolucionário seguia uma constituição singular que era necessariamente refratária à oficial e não escrita. Isso fica demonstrado de forma óbvia e explícita na formação de um exército rebelde e também nas ações durante as operações de guerrilha que promoviam a reforma agrária nos territórios que conquistava. Cabe mencionar também que já nesse período o exército rebelde realizava julgamentos e executava os condenados em júris improvisados, porém, não adentraremos nesse tema em particular, pois foge ao objetivo do trabalho.

Houve julgamentos em vários locais, contudo, o que ficou mais conhecido sem dúvida foi o ocorrido na Fortaleza de San Carlos de La Cabaña, ou apenas *La Cabaña*, em Havana. A construção do período colonial, que já era centenária na época da revolução, virou símbolo da justiça revolucionária e segundo o *Revolución* guardava por volta de 650 prisioneiros. Talvez por se localizar na capital ou por ter sediado o maior número de fuzilamentos – mas

---

<sup>94</sup> SZULC, Tad. **Fidel**: Um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987, Tradução de: Jusmar Gomes. p. 567

com certeza por ter como promotor de justiça um dos líderes do exército rebelde, Ernesto “Che” Guevara – no ano de 1959 o local era famoso pelos numerosos julgamentos que lá foram realizados.

Os juízos na fortaleza começaram no dia 19 de janeiro, como informava o jornal do M-26-7. Nesse momento já haviam tribunais revolucionários em várias províncias, como Oriente, Matanzas, Camgüey e Las Villas, nos quais já haviam sido executados 207 prisioneiros<sup>95</sup>. Segundo Bandeira, foram executados “[...] aproximadamente 550 militares e policiais, acusados de torturar, violar ou assassinar cerca de 20.000 pessoas, durante os últimos dois anos do governo Batista”<sup>96</sup>. Mesmo que o jornal desse total apoio aos fuzilamentos, muitas notícias dos tribunais davam conta de penas reduzidas ou canceladas. Embora a maioria das notícias fossem sobre condenações máximas, muitos informes sobre julgamentos mostravam, depois de nomear os condenados à morte, condenações menores, mesmo quando a culpa fosse de crime grave.

No dia 6 de fevereiro o jornal publica o resultado dos julgamentos do dia anterior na qual foram sentenciados ao pelotão de fuzilamento 3 prisioneiros pelos crimes de tortura e múltiplos assassinatos. Também nessa notícia, mencionam que foi condenado a 30 anos de prisão um recluso que teve a culpa confirmada pelo tribunal por assassinato, cuja vítima fazia parte do Exército Rebelde<sup>97</sup>. Embora fosse uma pena dura, mesmo sendo reconhecido como um homicida – que havia matado a sangue-frio, segundo o jornal –, chama a atenção esse caso não ter recebido pena de fuzilamento. As leis dos tribunais revolucionários não são muito claras. Como já dito, a constituição de 1940 não era seguida nesses casos, tendo esses julgamentos um sistema próprio de condenações e penas. O que conferia culpa aos réus, na maioria das vezes, eram os relatos das vítimas (nos casos de tortura e sequestro), familiares ou testemunhas. Como obter uma prova material era muito difícil devido às condições materiais da realidade cubana durante a guerra civil, esse era o método mais utilizado pelos tribunais. Assim, acreditamos que o juiz não deu a pena máxima por falta de uma convicção absoluta ou não considerava o

---

<sup>95</sup> **Revolución**, Havana, p. 8, 19 de jan. 1959

<sup>96</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 202

<sup>97</sup> **Revolución**, Havana, p. 8, 6 de fev. 1959

assassinato de uma só pessoa como crime punível com pena de morte. É ilustrativo o caso do contador Orlando Borrego, na época com 21 anos de idade, que havia sido designado por Che Guevara para presidir um tribunal:

“Foi muito difícil” recordou Borrego, “porque [na maioria] não tínhamos qualquer formação judicial. [Nossas] preocupações maiores eram [de assegurar] que prevalecesse a noção de moralidade e justiça revolucionárias, que não se cometesse nenhuma injustiça. Nisso Che era muito cuidadoso. Ninguém era fuzilado por ter batido num preso, mas se tivesse havido torturas sérias e assassinatos, então sim, eram condenados a morte (...). O caso era analisado por completo, todas as testemunhas eram ouvidas e os parentes do morto ou da pessoa torturada vinham, ou o próprio torturado vinha em pessoa, e, no tribunal, exibindo seu corpo, revelava todas as torturas que tinha sofrido.”<sup>98</sup>

A composição do tribunal se dava através de acusadores, fiscais, testemunhas, auditores, advogado de defesa e acusado. O número de pessoas envolvidas nos julgamentos variava de caso a caso, como, por exemplo, num caso noticiado no dia 10 de fevereiro em que foram ouvidas mais 30 testemunhas para condenar três acusados à morte<sup>99</sup>. O público também era um elemento nos julgamentos. Jon Lee Anderson relata uma passagem no julgamento de dois acusados conhecidos como “irmãos malditos”:

O promotor, dr. Fernando Aragonese Cruz: “Os irmãos Nicolardes merecem a liberdade? ” Nãããããã! Foi o grito retumbante da enorme multidão. “Merecem a prisão, na esperança de que um dia possam ser úteis à sociedade? ” Nãããããã! “Devem ser fuzilados, como castigo exemplar para todas as futuras gerações? ” Siiiiim! O promotor (...) correu os olhos pela multidão enfurecida. E, diante de sua opinião unânime, expressou-se calmamente, enquanto dirigia um olhar que era em parte de raiva e em parte de pena para aqueles que tinham sido condenados pelo povo. “Esta é, senhoras e senhores, a petição da cidadania, a quem represento nesta sessão.”<sup>100</sup>

No que se refere à abordagem do *Revolución*, em geral não fazia das notícias uma janela para expor explicitamente suas opiniões, como nos casos dos editoriais que já comentamos. Nesse segmento o apoio aparece na forma de não questionar os julgamentos em nenhuma das edições que se referem às penas dadas. Também nesse caso é importante levar em conta que haviam omissões deliberadas, pois nem todos os julgamentos ou condenações eram

<sup>98</sup> ANDERSON, Jon Lee. **Che**: Uma biografia. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p. Tradução de: M. H. C. Côrtes. p. 452

<sup>99</sup> **Revolución**, Havana, p. 1, 10 de fev. 1959

<sup>100</sup> ANDERSON, Jon Lee. **Che**: Uma biografia. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 920 p. Tradução de: M. H. C. Côrtes. p. 454



anunciados, além das exposições serem cuidadosamente escolhidas. O mais provável é que noticiassem os casos mais populares e aqueles que se referiam a crimes e réus mais conhecidos. Por isso, muitas manchetes já traziam os nomes dos condenados mais destacados.

Os julgamentos noticiados ocorriam sempre com a presença popular, com a apresentação de provas e advogados de defesa que davam algum aspecto de legalidade aos tribunais. Nesses primeiros meses de revolução, centenas de pessoas foram condenadas à morte por juízos sumários, porém, não foram condenadas de forma leviana. Um dos únicos casos conhecidos de execução que não seguiu o modelo do tribunal revolucionário ocorreu em Santiago de Cuba, quando Raúl Castro ordenou que 70 soldados capturados fossem metralhados num local onde já havia aberto uma vala comum com um trator. Esse caso, contudo, foi uma exceção a ponto de o irmão de Fidel ficar estigmatizado pelo acontecido dali em diante.

### 3.5 OS FUZILADOS

Escrever sobre execuções é sempre algo muito delicado. É necessário tomar um cuidado particular para não tecer comentários levianos ou desrespeitosos, e também não cometer falsificações históricas promovidas mais por uma retórica interessada que por análises materiais. No caso de Cuba, foram reconhecidos por Fidel Castro a execução de mais ou menos 550 prisioneiros de guerra acusados e condenados pelo que os tribunais, baseados nas leis revolucionárias, consideravam crimes de guerra. Como afirma o jornalista estadunidense Tad Szulc, “[...] é necessário esclarecer que os acusados não eram pegos a esmo, mas sim detidos porque havia suspeitas de que eles tivessem cometido crimes e brutalidades em larga escala”<sup>101</sup>. Os métodos e a opinião do *Revolución* sobre isso já foram discutidos anteriormente; o que nos interessa nesse tópico é a forma como o jornal noticiou os fuzilamentos em si.

A primeira matéria que condenados haviam sido executados veio a público no dia 13 de janeiro de 1959, sob o título “Quatro fuzilamentos em Santiago de Cuba”. Essa reportagem, que começa na primeira página e tem

---

<sup>101</sup> SZULC, Tad. **Fidel**: Um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987. 770 p. Tradução de: Jusmar Gomes. p. 567

continuação na página 4, faz uma descrição completa de quem eram os condenados: quatro militares acusados de “torturas e crimes durante a cruel tirania”, e para os quais “a única pena possível era a morte”. Depois disso, segue-se uma longa descrição do julgamento, que virou a noite entre deliberações e testemunhos, detalhando o destino de cada um dos quatro réus. Após anunciar que os julgados foram sentenciados e fuzilados, a reportagem finaliza com um pequeno texto com uma poética heroica do que ocorreu. Sem dúvidas, algo muito típico daquele tempo e contexto:

Amanecía el lunes, cuando los cuatro individuos, a los cuales se probó los crímenes y torturas de que se les acusaban, fueron fusilados. La cien veces heroica ciudad de Santiago no vio turbado su reposo por las detonaciones que imponían ejemplar castigo; pero dominada la negrura de la noche que terminaba, aparecieron por el Este los primeros resplandores de un nuevo amanecer.<sup>102</sup>

É possível que esse formato de notícia tenha sido utilizado por ser a matéria inaugural sobre o tema, pois esse não foi o padrão adotado pelo jornal nas reportagens posteriores que noticiavam as execuções dos condenados pelos tribunais. Aquelas reportagens subsequentes à essa, as quais tinham o mesmo objeto, passaram a tratar os fuzilamentos de forma mais distante e impessoal, contendo-se a apenas divulgar os crimes atribuídos aos réus e seus nomes. Na maioria dos casos também nominavam os responsáveis pelos julgamentos em questão.

Os casos que fugiam ao padrão descrito eram aqueles em que, aparentemente, os acusados eram mais conhecidos em Cuba, geralmente capangas e militares da ditadura de Batista, os quais ficaram famosos pelas atrocidades cometidas durante o período de guerra civil. No dia 15 de janeiro de 1959, o capitão Isidoro Lopez Quintero foi fuzilado. Segundo o jornal, ele cometeu “incalculáveis abusos, assédios, e crimes”, além de “enriquecer à sombra da tirania” e ser um verdugo em várias cidades. Devido a isso, ele recebeu uma matéria, com seu nome no título, no dia 17 do mesmo mês. Essa notícia, que informava que ele havia sido executado às 7 da manhã do dia mencionado, também detalhou os momentos finais da vida do capitão

---

<sup>102</sup> Amanhecia a segunda-feira, quando os quatro indivíduos, os quais se provou os crimes e torturas de que se os acusavam, foram fuzilados. A cem vezes heroica cidade de Santiago não viu perturbado seu reposo pelas detonações que impunham o exemplar castigo; mas dominada a escuridão da noite que terminava, apareceram pelo leste os primeiros resplandores de um novo amanhecer. **Revolución**, Havana, p. 4, 13 de jan. 1959

batistiano, mencionando que se confessou com um padre e que disse que queria que o matassem. No texto ainda dão a informação de que o pelotão de fuzilamento era formado por seis homens com rifles *Springfield*. Na parte final, o jornalista relatou que o corpo foi recolhido pela família, o cortejo fúnebre foi escoltado por soldados e ressaltou que esse homem, que havia aterrorizado vários vilarejos, agora repousava sob a terra e que “centenas de indivíduos humilhados, abusados, torturados, extorquidos e assassinados, era o único epitáfio sobre sua tumba”<sup>103</sup>. Outro aspecto incomum dessa reportagem é a presença da assinatura do jornalista responsável, L. Rodriguez de La Torre, o que na maioria dos casos não ocorria.

Outros ex-agentes da ditadura de Batista que ganharam destaque nas páginas do *Revolución* foram Pepe “El Caliente”, Evelio Mata, Silvério Junco, Francisco Bécquer, Francisco Mirabal, Guillermo Rojas e um soldado conhecido como “El Tigre”, em notícias publicadas ao longo dos três primeiros meses do ano de 1959. Como já mencionamos, além de uma “punição exemplar” (dessa forma várias vezes ressaltado pelo jornal), as execuções, ao nosso ver, tinham a função de mostrar aos cubanos que a justiça estava sendo feita em nome do povo pela primeira vez em Cuba. Assim pensava também o diplomata estadunidense Philip Bonsal na época<sup>104</sup>, por isso era importante que os julgamentos e execuções dos mais notórios “criminosos de guerra” tivessem uma exposição maior no jornal, ainda mais que muitos deles fugiram durante o momento de triunfo da revolução, inclusive os principais algozes, como sustenta Anderson:

Durante todo o mês de janeiro, suspeitos de serem criminosos de guerra foram capturados e trazidos para La Cabaña diariamente. Na maioria dos casos não eram os principais carrascos do antigo regime, que escaparam ou continuavam enfiados nas embaixadas. Os que foram deixados para trás eram subchefes ou chivatos e torturadores da polícia. Porém, as velhas muralhas da fortaleza ecoavam todas as noites com os disparos dos pelotões de fuzilamento.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> **Revolución**, Havana, p. 2, 17 de jan. 1959

<sup>104</sup> “Trinta anos atrás, os mercenários do regime Batista, considerados culpados de crimes similares, teriam, simplesmente, sido desentocados pela multidão e assassinados... O procedimento de Fidel Castro de estabelecer tribunais especiais para julgar os casos de pessoas que, com base nos princípios de Nuremberg, eram acusadas de sérios crimes, podia ter sido considerado uma melhoria com relação ao método anterior.” (BONSAL apud SZULC, p. 567)

<sup>105</sup> ANDERSON, Jon Lee. **Che**: Uma biografia. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 920 p. Tradução de: M. H. C. Côrtes. p. 451

No decorrer dos dias, tanto as notícias sobre os fuzilamentos, quanto os editoriais opinativos sobre as execuções, foram paulatinamente desaparecendo das páginas do *Revolución*, a ponto de no mês de abril o assunto quase não aparecer e em maio nada ser publicado sobre o tema. Em junho, os tribunais são desativados, temporariamente, e é possível que até essa data houvessem ainda execuções. Porém, mesmo durante os meses em que o assunto foi abordado, as notícias não chegam nem perto de dar conta do número oficial de execuções, algo em torno de 550. Acreditamos, dessa forma, que o jornal deixou de abordar as execuções por motivos de ordem política, hipótese que trabalharemos mais adiante.

### 3.6 A IMAGEM INTERNA E EXTERNA DA REVOLUÇÃO

Um aspecto importante a ser levado em conta quando escrevemos sobre um processo histórico ocorrido há décadas é entender que os envolvidos nesses acontecimentos estavam imersos naquela realidade, necessariamente diferente da qual vivemos agora. Em verdade, não se trata simplesmente de uma questão de tempo, mas também, de lugar.

Dessa forma, achamos importante dedicar esse tópico a algo que tem a ver com o *Revolución*, não só pelas notícias que chegavam aos cubanos por suas páginas, mas também pelas omissões, as quais os editores do jornal tenham cometido. Entendemos que o periódico, sendo o veículo oficial do M-26-7 e jornal de maior circulação na ilha, não só atingia a população cubana, como também agentes internacionais que estavam interessados em Cuba.

Assim sendo, havia uma preocupação com a imagem interna da revolução, que aspirava a legitimação popular, e uma imagem externa a qual balançava a reputação do novo regime, importante para sua estabilização e reconhecimento internacional. Nesse sentido, uma grande dificuldade para os editores do jornal era encontrar o equilíbrio entre apoio da população, que esperava a dureza da justiça revolucionária, e da opinião pública internacional, que considerava esses juízos um “banho de sangue”.

Foram muitos os que apoiaram, ou ao menos entenderam, a necessidade dos julgamentos. Dos relatos que já citamos nesse trabalho, é notável que até mesmo o embaixador estadunidense em Cuba, Philip Bonsal,

tenha escrito sobre como os julgamentos evitaram um massacre indiscriminado. Também antigos membros do governo revolucionário ou militantes que depois se exilaram, continuaram a defender a justiça dos julgamentos, como por exemplo Raúl Chibás e Carlos Franqui. Chibás, que servira como juiz a pedido de Fidel Castro, declarava décadas depois da revolução, já no exílio, que ainda defendia a necessidade de haver tribunais revolucionários naquele momento:

Aqueles julgamentos foram totalmente justificáveis. Sinceramente, eu estava de acordo com aqueles julgamentos... Eu já me mostrara de pleno acordo com eles antes, e cheguei a conversar com Fidel em Sierra Maestra sobre a necessidade de se fazer justiça após a queda de Batista... partindo do princípio de que se não houvesse justiça, o povo faria com as próprias mãos, como no tempo de Machado, quando as multidões saíam arrastando cadáveres pelas ruas... Se nós fizéssemos justiça, legalmente, evitaríamos quaisquer reações adversas... Os oficiais de Batista foram prevenidos, porque nós divulgamos proclamações de Sierra Maestra, onde dizíamos que a justiça seria aplicada a todos aqueles que tivessem roubado e assassinado os camponeses, e achei que tínhamos a obrigação de agir coerentemente.<sup>106</sup>

É notável o fato de que mesmo aqueles que se exilaram posteriormente continuarem defendendo que naquele momento era justa a punição dos “criminosos de guerra”, seja pelos crimes em si, como no caso de Franqui, seja para evitar um justicamento via população, no caso de Chibás, mostra a atmosfera de vingança popular e justiça que pairava naquele início de 1959 em Cuba. É interessante que o próprio chefe da CIA (Agência Central de Inteligência – EUA), Allen Dulles, entendia o que significavam aqueles julgamentos e explicou para a comissão de relações exteriores do Senado o que estava havendo, com a frieza característica desses agentes.

Quando há uma revolução, inimigos são mortos. Houve muitos casos de crueldade e repressão pelo exército cubano, e eles sabem coisas incriminadoras sobre algumas daquelas pessoas. Agora provavelmente haverá muitos julgamentos. E, provavelmente, eles irão longe demais, mas eles têm de passar por isso.<sup>107</sup>

A essa altura, já podemos afirmar que os julgamentos eram uma reivindicação popular. Isso explica o motivo de Fidel Castro ter pensado ser uma boa ideia fazer um julgamento em um estádio esportivo e transmiti-lo ao

<sup>106</sup> CHIBÁS apud SZULC, Tad. **Fidel: Um retrato crítico**. São Paulo: Best Seller, 1987, Tradução de: Jusmar Gomes. p. 568

<sup>107</sup> DULLES apud GOTT, Richard. **Cuba uma nova História**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006. p. 194

vivo pela televisão. O que não era trivial, já que Cuba era o país latino americano com maior número de televisores por habitante na época. Ao que parece, a intenção era mostrar aos cubanos que a justiça finalmente estava sendo feita. O resultado foi o estarecimento da comunidade internacional frente à espetacularização dos julgamentos.

Sintomaticamente, Jesús Sosa Blanco, Major do exército de Batista acusado de mais de uma centena de assassinatos e também de tortura, levantou-se diante da corte e gritou que estavam fazendo um “circo romano” com ele. Esse foi o único juízo realizado em uma arena esportiva, ou algo do gênero, porém, estigmatizou todos os outros julgamentos revolucionários que estavam sendo feitos ou que ainda seriam. Foi nesse espírito que o embaixador estadunidense, Philip Bonsal, escreveu: “Esses tribunais especiais estavam submetidos a todo tipo de pressões, inclusive aquelas geradas pela atmosfera circense em que muitos dos julgamentos foram realizados”<sup>108</sup>, embora, como já dissemos, esse tenha sido o único realizado nessas condições.

Nunca é demais mencionar que Cuba fica a apenas 150 quilômetros da costa dos Estados Unidos, e que desde tempos passados já era vista como um ponto estratégico devido à sua localização geográfica. Uma revolução violenta nas portas do grande império, e em plena Guerra Fria, sem dúvidas tornava as relações entre a ilha e seu vizinho do Norte mais sensíveis. Não é à toa que Fidel Castro formou um governo moderado, quase conservador, nesse primeiro momento. De todos os ministros, apenas três eram egressos do Movimento 26 de julho. O motivo disso não era outro senão apaziguar os ânimos temerosos dos estadunidenses quanto à possibilidade de haver um Estado socialista tão próximo. Notamos isso também nas páginas do *Revolución*, que até nesse momento fazia questão de desvencilhar a Revolução Cubana da influência soviética, e até a fazer críticas abertas à URSS. Hoje sabemos que essas foram manobras para dar tempo aos cubanos organizarem e estabilizarem o estado revolucionário, já que, às escondidas, Fidel se encontravam com os “velhos comunistas” para planejar a radicalização do regime e eventual evolução para o sistema socialista.

---

<sup>108</sup> BONSAL apud SZULC, Tad. **Fidel**: Um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987, p. Tradução de: Jusmar Gomes. p. 567

Por outro lado, foi durante os julgamentos que os Estados Unidos puderam encontrar o álibi perfeito para poder, abertamente, colocar-se contra o governo revolucionário. As transmissões pela televisão chocaram o mundo ocidental e começaram a pipocar os protestos contra os “excessos” cometidos pelo novo regime, principalmente a partir da imprensa norte americana. Assim, estabeleceu-se um grande dilema em terras cubanas, pois, como mostra Tad Szulc,

Fidel Castro acredita[va] que a Revolução tinha todo direito de realiza-los, com base nas leis revolucionarias proclamadas durante a guerra, enquanto que a opinião pública norte-americana em 1959, com uma visão santimonial que ignorava as emoções cubanas e exigia processos jurídicos anglo-saxões, negava aos cubanos esse direito.<sup>109</sup>

Se nos Estados Unidos o assunto era a forma sumaria com que eram executados os prisioneiros de guerra da revolução, a resposta por parte dos cubanos vinha na seguinte pergunta: onde estavam essas preocupações humanistas enquanto os militares de Batista praticavam inumeráveis torturas, abusos, sequestros e assassinatos? Essas questões eram levantadas tanto por Fidel Castro, quanto pelos editores do *Revolución*, já que essas práticas eram largamente conhecidas e os Estados Unidos deram asilo aos mais notórios torturadores e assassinos da ditadura de Batista. Mesmo no território norte-americano essa pergunta foi levantada. Num editorial do jornal *Atlanta Constitution*, traduzido e publicado na íntegra pelo *Revolución*, os editores relembram que os Estados Unidos, até mesmo os religiosos, sempre se mantiveram em silêncio a respeito dos crimes de Batista, ainda que fossem amplamente documentados com fotografias. Ao invés de protestar contra os abusos, continuavam vendendo armas para a ditadura numa época que “não havia justiça, só terror”.<sup>110</sup>

Outros editoriais foram produzidos denunciando essa “hipocrisia” estadunidense. No conteúdo, ironizavam a “repentina” misericórdia<sup>111</sup> e avisavam que “suspender os fuzilamentos seria irritar o povo”<sup>112</sup>. No entanto, como já dito, essas publicações vão deixando de aparecer, mesmo antes da

---

<sup>109</sup> SZULC, Tad. **Fidel**: Um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987, p. Tradução de: Jusmar Gomes. p. 569

<sup>110</sup> *Revolución*, Havana, p. 4, 24 de jan. 1959

<sup>111</sup> *Revolución*, Havana, p. 4, 17 de jan. 1959

<sup>112</sup> *Revolución*, Havana, p. 9, 19 de jan. 1959

suspensão dos tribunais revolucionários. Entendemos que o motivo que levou o jornal a essa decisão não foi uma presumida diminuição nos julgamentos e fuzilamentos, ou apenas isso, mas sim em razão do regime revolucionário estar sendo atacado e criticado por conta dos julgamentos. Além das notícias publicadas não darem conta do número real, ou pelo menos aproximado, de execuções – ainda que várias dessas fossem apenas para indicar números e nomes de executados –, há uma visível diminuição no número de matérias sobre o assunto, seja escrevendo sobre fuzilados, julgamentos ou emitindo opiniões. No mês de janeiro foram 30 publicações dessas três categorias, em fevereiro, 29, em março, 10 e abril, 7 publicações. Em maio e junho também houve julgamentos, porém, nada apareceu no jornal, exceto um caso em junho no qual algumas pessoas foram julgadas por “atividades contrarrevolucionárias”. Finalmente, os tribunais foram suspensos, o que também não foi noticiado no jornal.

Levando em consideração os argumentos levantados, acreditamos que as campanhas internacionais contra os tribunais revolucionários eram um pretexto para deslegitimar e desestabilizar o novo regime cubano, arma utilizada politicamente pelos Estados Unidos. Pelas mesmas razões apresentadas, acreditamos que a paulatina omissão sobre os julgamentos no jornal *Revolución* também tenha ocorrido por motivação política, buscando evitar ou diminuir a pressão internacional que o governo vinha sofrendo.

Embora instrumentalizados pelos Estados Unidos e outros países do ocidente, entendemos que muitos dos envolvidos nos protestos contra a justiça revolucionária estavam exercendo seu livre pensamento de piedade e preocupação com a validade jurídica dos julgamentos. Sobre isso, o antigo ministro da fazenda de Cuba e pró-americano, Rufo López-Fresquet, sintetiza bem como

Os estrangeiros, especialmente os norte-americanos, dão muito realce aos aspectos jurídicos dos julgamentos revolucionários, mas os cubanos estavam interessados na justiça moral... Quando um homem, que se vangloriava de haver eliminado dezenas de homens, enquanto protegido pelo uniforme das forças de Batista, era executado, os cubanos acreditavam que se havia feito justiça. O resto do mundo concentrava-se nas críticas ao processo judicial revolucionário. Talvez tanto um quanto os outros estivessem certos,



entretanto suas opiniões divergiam totalmente. Foram poucas as vozes calmas que se dedicaram a explicar essas diferenças [...]<sup>113</sup>

Os tribunais revolucionários foram suspensos entre os meses de junho e julho. Após isso, as menções aos julgamentos se referem à penas curtas ou suspensas e sem relação com os “criminosos de guerra”. Esses tribunais foram reativados após um atentado à bomba lançadas de um avião que deixou 2 mortos e mais de 40 feridos. Por ocasião desse ataque, o *Revolución* dedica várias edições com toda a repercussão interna acompanhada de massivos protestos pedindo punição e fuzilamento aos culpados. A notícia da reativação dos tribunais ocupa toda a primeira página da edição do dia 27 de outubro de 1959.

Fidel Castro sempre aproveitava situações políticas favoráveis para fazer anúncios, como no caso da nacionalização das refinarias norte americanas logo após elas se negarem a refinar petróleo soviético ou a proclamação do caráter socialista da revolução após o ataque mercenário, organizado pela CIA, na praia de Gijón, que ficou conhecido como ataque à baía dos Porcos. Pode-se entender, então, que os reportes feitos pelo periódico acerca dos fuzilamentos se devia ao momento propício para se fazer isso, e o fim dessas publicações também seguia a mesma lógica.

Como já explanado, a pena de morte se converteu numa exigência popular no contexto do trunfo rebelde, a qual entendemos foi instrumentalizada com o intuito de legitimar o objetivo político das execuções, que era destruir a capacidade militar inimiga e estabelecer o monopólio da violência, uma prerrogativa do Estado que a revolução desejava formar. Não é trivial lembrar, como descrito no primeiro capítulo desse trabalho, que havia em Cuba uma longa tradição de ações políticas violentas, reprimendas sangrentas seguidas pela impunidade dos executores e seus mandantes. A violência, então, era parte do fazer político cubano, e acompanhou o período de instabilidade durante a formação de um novo regime na ilha.

---

<sup>113</sup> LÓPEZ-FRESQUET apud SZULC, Tad. **Fidel**: Um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987. 770 p. Tradução de: Jusmar Gomes. p.569



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do índio Hatuey, ocorrida no início da ocupação espanhola em Cuba no século XVI, inaugurou um paradigma que seria uma tradição política na ilha caribenha: Desde então, até 1959, sempre havia dois lados em disputa e, fossem quem fossem os derrotados, esses seriam castigados com a morte. Obviamente, isso se trata de uma generalização, e um olhar minucioso sobre a história de Cuba mostrará que em alguns casos a sentença dos derrotados não foi tão drástica assim. Porém, são exceções que confirmam a regra da política cubana, culturalmente violenta. Desde a resistência dos nativos contra o invasor espanhol, até o período da Revolução, a violência não só era uma continuação da política por outros meios, como na clássica sentença de Clausewitz<sup>114</sup>, mas também o próprio modo de se fazer a política e buscar a vantagem determinante na correlação de forças entre os envolvidos.

Levamos em consideração que o monopólio da violência seja uma prerrogativa do Estado cubano, e que essa violência foi utilizada sempre que a estabilidade política era atacada. É nesse contexto que surgem os “criminosos de guerra” de Batista, os quais recebiam ordens de torturar, sequestrar e assassinar na tentativa de frear o ímpeto revolucionário e reinstaurar a estabilidade. Porém, como a história demonstrou, isso não foi o suficiente e a revolução triunfou no primeiro sol do ano de 1959. A partir daí, seguindo o mesmo sentido, surge uma especificidade no contexto político da ilha: os novos detentores do poder precisavam estabilizar Cuba e institucionalizar um novo governo e um novo Estado. Para a formação desse Estado, mostrou-se necessária a eliminação de todo aparato repressivo do lado vencido na guerra civil. Essa eliminação não significa necessariamente a eliminação das pessoas que compunham esse aparato, mas sim desarmar sua capacidade de desafiar a hegemonia do novo regime. No caso cubano, como buscamos demonstrar nesse trabalho, havia uma reivindicação popular para que aqueles que foram agentes da violência do regime Batista fossem julgados e sentenciados pelos “crimes de guerra” que cometeram.

---

<sup>114</sup> Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz foi um militar prussiano do século XVIII, tido como um dos escritores clássicos do realismo político por suas contribuições no campo teórico da política e da guerra na qual, destoando do que comumente se pensava na época, argumentava haver sempre um fim político nas guerras.

Com a vitória sobre Batista, o grupo liderado por Fidel Castro já não estava mais na posição de desafiar o Estado, mas sim na de formar um. Se uma das forças desse processo era a ascendência de Castro sobre os cubanos, o novo governo tinha a necessidade de se firmar não só como uma revolução popular, mas também como um regime popular. Dessa forma, aparecem no cenário ferramentas ideológicas que desempenhavam esse papel de consolidação e legitimação dos revolucionários perante o povo cubano, como rádios, televisão, grupos artísticos e os periódicos. É com esse intuito que o *Revolución* repercute os mais diversos assuntos da vida cotidiana de Cuba, e nesses tempos, um dos assuntos mais presentes na ilha eram os julgamentos daqueles que praticaram “crimes de guerra” durante a guerra civil revolucionária.

Ao iniciar a pesquisa, nos parecia que o intuito do jornal era convencer os cubanos da necessidade dos tribunais revolucionários e de sua justiça. Porém, no decorrer do estudo, não só com o exame da fonte, como também da bibliografia, percebemos que o movimento era o contrário: era das ruas que surgiam os mais altos gritos por justiça; afinal, foram milhares os impactados por tais crimes. Assim sendo, para além de informar a população, é mais plausível pensar que o jornal publicizasse esse tema para estimular uma identificação entre as reivindicações da população e as ações do novo regime. Dessa forma, a revolução atingia dois objetivos táticos de extrema importância: cristalização do respaldo popular e eliminação dos inimigos que poderiam desestabilizar o governo que surgia.

Como veículo oficial do Movimento 26 de Julho, em momento algum o *Revolución* teceu críticas aos métodos ou às penas aplicadas aos condenados dos tribunais. Tratou de criar uma imagem negativa para aqueles que estavam sendo julgados, de jogar dúvidas sobre as vozes dissonantes, de narrar e ilustrar os julgamentos e também de informar apresentando datas, nomes, acusações, penas e execuções. É claro que o jornal tinha uma função ideológica, porém, guardava um compromisso com a verdade, posição que mesmo do exílio, Carlos Franqui, seu principal editor, não desmentiu.

O que observamos foi uma cuidadosa seleção – e por isso mesmo planejada – do que era publicado e o que era olvidado. Assim, nos primeiros dias, os relatos dos julgamentos e execuções eram mais minuciosos,

buscando, como já citamos, atingir essa demanda popular por justiça. É nesse momento que ocorre o julgamento no estádio esportivo, respaldando a ideia defendida de que tais atos eram também uma demonstração de que a revolução atendia seu povo. Ironicamente, foi esse julgamento em específico que chocou a opinião pública internacional, mostrando-se um erro tático grosseiro que deu à justiça revolucionária um aspecto circense.

Embora o julgamento ocorrido no estádio tenha sido um evento único, até os dias de hoje, no senso comum, existe a ideia de que houve um grande espetáculo de matança indiscriminada nesse período em Cuba, e que um simples gesto antagônico ao regime revolucionário levaria um homem ao paredão. Todavia, como buscamos demonstrar nesse trabalho, ainda que esses julgamentos fossem sumários, ou seja, não respeitassem os ritos e formalidades de um tribunal tradicional, eles de forma alguma foram imponderados. As execuções geralmente ocorriam nas primeiras horas da manhã porque os juízos costumavam atravessar a noite colhendo provas e testemunhos, até se chegar à sentença. Não é nossa intenção aqui julgar a correção moral desses eventos, de endossar ou condenar tais métodos, mas sim de situar da forma mais precisa possível o que foram esses julgamentos.

Para além dos motivos já mencionados – atender uma demanda popular e eliminar os riscos à estabilidade –, esses tribunais também tiveram um papel importante evitando que os próprios cubanos executassem por si as ações de vingança e justiça. Interessante notar nesse aspecto, que não foram apenas defensores do regime que apontaram para isso, mas também homens do espectro oposto como um embaixador estadunidense e o diretor da CIA, os quais viam um avanço ao se comparar com a ditadura de Machado, ocasião em que os cubanos, na falta de ação do Estado, faziam justiça com as próprias mãos e era “normal ver cadáveres sendo arrastados pelas ruas”. É dessa mesma forma que entende Tad Szulc, que também não tinha nenhum compromisso com a Revolução Cubana, ao escrever sobre o assunto:

A revolução cubana evitou institucionalizar assassinatos em massa, como aqueles que foram perpetrados contra centenas de milhares de chineses étnicos na Indonésia após o golpe anticomunista do Exército em 1965, ou aos milhares atribuídos às autoridades militares chilenas, quando derrubaram o presidente marxista Salvador Allende Gossens, em 1973. Considerando-se que, durante os primeiros dias da Revolução, a ordem pública, em grande parte de Cuba, foi assegurada pelas milícias locais do Movimento 26 de Julho, por

escoteiros e por unidades avançadas do Exército Rebelde, chega a ser surpreendente que os cubanos, tão inclinados à violência, tenham se mantido tão pacíficos.<sup>115</sup>

Ainda que se possa discutir a justeza desses julgamentos, é fato que para a imagem exterior da Revolução isso tenha um impacto negativo. Principalmente pelas campanhas estadunidenses que denunciavam as execuções levadas a cabo na ilha caribenha. Paradoxalmente, um mesmo empenho não foi visto por parte dos norte-americanos quando no regime de Batista milhares de cubanos foram torturados, sequestrados e assassinados. Esse impacto negativo pesava sobre o novo governo que tentava se consolidar. É por isso que acreditamos na hipótese de que as notícias acerca do tema fossem sumindo pouco a pouco das páginas do *Revolución* até não aparecerem mais, mesmo antes do fim dos tribunais revolucionários. Entendemos que a demanda popular foi sendo saciada à medida que os julgamentos eram realizados enquanto a pressão internacional recrudescia; assim, deixou de ser uma tática efetiva veicular no jornal as notícias sobre julgamentos e execuções.

Por volta do sexto mês do governo revolucionário os tribunais são suspensos. Não foi, entretanto, o fim definitivo deles. Acreditamos que essa suspensão se deva ao fato de o novo regime já ter julgado e eliminado (não necessariamente executado, mas, no mínimo, tirado da cena política através de longas penas) toda a ameaça interna à instituição do Estado nascente e ao monopólio da violência. Os tribunais revolucionários só seriam reativados em ocasiões pontuais, como nos ataques contrarrevolucionários que ocorreram de tempos em tempos. Entretanto, nesses casos já não se tratava mais de julgar os “criminosos de guerra” que faziam parte do antigo aparato estatal. Dessa forma, é possível afirmar que no sentido da estabilidade política, esses julgamentos foram uma tática de sucesso, pois até hoje não houve nenhuma intentona ou insurreição contra o regime revolucionário. Como podemos observar com o auxílio do primeiro capítulo desse trabalho, esse é o maior período de estabilidade em Cuba.

---

<sup>115</sup> SZULC, Tad. **Fidel**: Um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987. 770 p. Tradução de: Jusmar Gomes p. 567

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 1970. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/althusser/1970/06/aparelhos.htm>>. Acesso em: 06 out. 2019.
- ANDERSON, Jon Lee. **Che: Uma biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 920 p. Tradução de: M. H. C. Côrtes.
- BANDEIRA, L. A. Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275 p. Tradução, José Laurênio de Melo.
- FAVATTO JR., Barthon. **Entre o doce e o Amargo: Memórias de exilados cubanos Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante**. 1. ed., São Paulo: Alameda, 2014
- FRANQUI, Carlos. **Retrato de Família com Fidel**. Tradução de Fábio Fernandes da Silva. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.
- GOTT, Richard. **Cuba uma nova História**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Cubana: Da guerrilha ao socialismo**. 1.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- LUCA, Tânia Regina de. Histórias do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- MISKULIN, Silvia Cezar. Cultura e política na Revolução Cubana: a importância de Lunes de Revolución. Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC, São Paulo, 10, p, 1998.
- SZULC, Tad. **Fidel: Um retrato crítico**. São Paulo: Best Seller, 1987. 770 p. Tradução de: Jusmar Gomes.
- SADDI, Rafael. A expropriação do professor: A REVOLUÇÃO CUBANA E O PERFIL IDEOLÓGICO DO MOVIMENTO 26 DE JULHO. Revista Brasileira do Caribe, São Luís, p. 121-134, jul. 2017. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159154124009>>. Acesso em: 18 set. 2019.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada** : Fundamentos da guerra revolucionária. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000. 240 p.